



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 25 DE FEVEREIRO DE 2026

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)
[António Filipe Dias Melo Peixoto](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 14 horas e 58 minutos.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à prorrogação da suspensão do mandato e respetiva substituição de um Deputado da IL.

No âmbito da ordem do dia fixada pelo BE, procedeu-se ao debate e posterior votação, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [447/XVII/1.ª](#) (BE) — Estabelece um bónus extraordinário para operacionais mobilizados na resposta às tempestades, [448/XVII/1.ª](#) (BE) — Isenção do pagamento do imposto municipal sobre imóveis das habitações gravemente

afetadas pelas tempestades, [449/XVII/1.^a](#) (BE) — Regime de reparação de danos por morte e incapacidade permanente decorrentes das tempestades, [450/XVII/1.^a](#) (BE) — Estabelece medidas excepcionais para a proteção do direito à habitação e dos estabelecimentos comerciais e indústria nos concelhos afetados pelas tempestades de 2026 e [451/XVII/1.^a](#) (BE) — Estabelece medidas excepcionais de apoio e proteção social nos concelhos afetados pelas tempestades, que foram rejeitados; do Projeto de Resolução n.º [627/XVII/1.^a](#) (BE) — Monitorização de preços de bens essenciais nas zonas afetadas pelas tempestades, que foi rejeitado; do Decreto-Lei n.º 31-C/2026, de 5 de fevereiro, que cria um regime de apoios sociais e de *lay-off* simplificado para as zonas atingidas pela tempestade *Kristin* [Apreciação Parlamentar n.º [9/XVII/1.^a](#) (L, PCP e BE)]; dos Projetos de Lei n.ºs [130/XVII/1.^a](#) (PAN) — Prevê a criação de um plano nacional de busca, salvamento e socorro animal integrado na resposta a catástrofes, bem como de equipas e infraestruturas para a sua operacionalização no âmbito da Proteção Civil, tendo sido aprovado um requerimento, apresentado pelo proponente, a solicitar a sua baixa à Comissão de Agricultura e Pescas, sem votação, por 60 dias, [413/XVII/1.^a](#) (PCP) — Plano de intervenção para responder às necessidades das populações e do País na sequência dos impactos das tempestades e [445/XVII/1.^a](#) (CH) — Prevê a isenção excecional e automática de imposto municipal sobre imóveis (IMI) relativa ao ano de 2026 aplicável aos concelhos declarados em situação de calamidade, que foram rejeitados, e [454/XVII/1.^a](#) (PAN) — Cria um regime excecional de apoio financeiro às entidades de proteção animal afetadas pela tempestade *Kristin* e por outros eventos climáticos extremos, que foi aprovado; e dos Projetos de Resolução n.ºs [522/XVII/1.^a](#) (PSD) — Recomenda ao Governo o acompanhamento no terreno e a avaliação dos prejuízos causados pela depressão *Kristin* e [525/XVII/1.^a](#) (JPP) — Recomenda ao Governo da República a adoção de medidas urgentes de reposição das capacidades produtivas agrícolas e de apoio excecional aos agricultores afetados pelas tempestades ocorridas no final de janeiro de 2026, que foram aprovados, [562/XVII/1.^a](#) (CH) — Recomenda ao Governo a criação de um fundo de resgate agrícola, a fundo perdido, para a reposição do potencial produtivo e compensação de perdas nas explorações agrícolas e pecuárias afetadas pela tempestade *Kristin* e [605/XVII/1.^a](#) (JPP) — Recomenda ao

Governo a criação do fundo nacional de luta contra as catástrofes naturais, que foram rejeitados, [630/XVII/1.^a](#) (PS) — Recomenda ao Governo a divulgação mensal e discriminada da execução orçamental das medidas extraordinárias adotadas na sequência das tempestades e cheias recentes, que foi aprovado, [631/XVII/1.^a](#) (IL) — Transferência dos encargos com faltas em situação de calamidade das empresas para a Segurança Social, que foi rejeitado, [632/XVII/1.^a](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que adote um conjunto de medidas adicionais de apoio aos agricultores portugueses afetados pela depressão *Kristin* e [633/XVII/1.^a](#) (L) — Proteger alunos depois das tempestades: recuperar as infraestruturas escolares e as aprendizagens, que foram aprovados, e [634/XVII/1.^a](#) (L) — Garantia do apoio à recuperação da habitação em todos os territórios afetados pelo comboio de tempestades, que foi rejeitado.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Fabian Figueiredo](#) (BE), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [João Ribeiro](#) (CH), [Carla Barros](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Firmino Ferreira](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [André Ventura](#) (CH), [Sonia dos Reis](#) e [Ricardo Oliveira](#) (PSD), [Bruno Nunes](#) (CH), [André Pinotes Batista](#) (PS), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Hugo Costa](#) (PS), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [João Alves Ambrósio](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Paulo Seco](#) (CH), [Catarina Louro](#) (PS), [Ricardo Carvalho](#) (PSD), [Luís Paulo Fernandes](#) (CH), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Nuno Fazenda](#) (PS), [Eliseu Neves](#) (CH), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [André Rijo](#) (PS), [Isaura Morais](#) (PSD), [Isabel Mendes Lopes](#) (L) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS).

Na sequência da aprovação de três requerimentos, apresentados pela IL, pelo L e pelo PS, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade das propostas de alteração aos artigos 2.º, que foi aprovada, e 3.º, 5.º e 15.º, que foram rejeitadas, da Proposta de Lei n.º [59/XVII/1.^a](#) (GOV) — Aprova um regime excecional e temporário destinado à reconstrução e reabilitação do património e das infraestruturas nos concelhos afetados pela tempestade *Kristin*, entrevistaram os Deputados [João Alves Ambrósio](#) (IL), [Jorge Pinto](#) (L), [Luís Graça](#) (PS), [Paulo Lopes Marcelo](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH) e [Paula Santos](#) (PCP). Foi depois aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Ambiente e Energia, relativo à iniciativa.

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 20 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Boa tarde. Peço aos Srs. Agentes da autoridade o favor de abrirem as portas das galerias, para as pessoas que desejem assistir aos trabalhos.

Eram 14 horas e 58 minutos.

Pausa.

Vamos, então, dar início aos nossos trabalhos. Pedia às Sr.^{as} Deputadas e aos Srs. Deputados o favor de se sentarem.

Nós só estivemos a conferir aqui a ordem de trabalhos, porque o que tínhamos impresso não correspondia realmente à ordem de trabalhos. Houve aqui um lapso na entrega da ordem de trabalhos e, portanto, estivemos a fazer essa verificação e agora está tudo correto, inclusivamente no que diz respeito à atualização que vai ser feita dos tempos que estavam em falta, porque não tinha os arrastamentos, não havia o minuto suplementar dos mesmos. Por isso, os serviços estão a atualizar os tempos em função da ordem de trabalhos efetiva. Certo? Alguma dúvida que tenham, é aqui com o Sr. Secretário da Mesa, para clarificar.

Pausa.

Então, enquanto vão fazer os acertos dos tempos, pedia ao Sr. Secretário da Mesa o favor de ler o que precisa de ser lido, antes do início dos trabalhos.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, antes de mais, quero dar nota à Câmara de que estão disponíveis, no nosso *site*, as iniciativas que deram entrada desde a nossa última sessão plenária.

Temos depois a apreciação de um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, no sentido da prorrogação do período de suspensão do mandato requerida pelo Sr. Deputado Miguel Rangel, Círculo Eleitoral do Porto, por motivos ponderosos de natureza pessoal, por um período de 30 dias, passando a assumir o mandato em sua substituição, durante o período referido a candidata não eleita seguinte, Marta Patrícia Ferreira Silva.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está em apreciação o parecer.

Pausa.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votá-lo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Mais alguma coisa? Não. Penso que já estão corretos os tempos que são destinados a cada grupo parlamentar.

Vamos então passar à discussão, na generalidade, dos Projetos de Lei n.^{os} 447/XVII/1.^a (BE) — Estabelece um bónus extraordinário para operacionais mobilizados na resposta às tempestades, 448/XVII/1.^a (BE) — Isenção do pagamento do imposto municipal sobre imóveis das habitações gravemente afetadas pelas tempestades, 449/XVII/1.^a (BE) — Regime de reparação de danos por morte e incapacidade permanente decorrentes das tempestades, 450/XVII/1.^a (BE) — Estabelece medidas excecionais para a proteção do direito à habitação e dos estabelecimentos comerciais e indústria nos concelhos afetados pelas tempestades de 2026 e 451/XVII/1.^a (BE) — Estabelece medidas excecionais de apoio e proteção social nos concelhos afetados pelas tempestades; juntamente com o Projeto de Resolução n.^o 627/XVII/1.^a (BE) — Monitorização de preços de bens essenciais nas zonas afetadas pelas tempestades; com, na generalidade, o Decreto-Lei n.^o 31-C/2026, de 5 de fevereiro, que cria um regime de apoios sociais e de *lay-off* simplificado para as zonas atingidas pela tempestade *Kristin* [Apreciação Parlamentar n.^o 9/XVII/1.^a (L, PCP, BE)] e os Projetos de Lei n.^{os} 130/XVII/1.^a (PAN) — Prevê a criação de um plano nacional de busca, salvamento e socorro animal integrado na resposta a catástrofes, bem como de equipas e infraestruturas para a sua operacionalização no âmbito da Proteção Civil, 413/XVII/1.^a (PCP)

— Plano de intervenção para responder às necessidades das populações e do País na sequência dos impactos das tempestades, 445/XVII/1.^a (CH) — Prevê a isenção excecional e automática de imposto municipal sobre imóveis (IMI) relativa ao ano de 2026 aplicável aos concelhos declarados em situação de calamidade e 454/XVII/1.^a (PAN) — Cria um regime excecional de apoio financeiro às entidades de proteção animal afetadas pela tempestade *Kristin* e por outros eventos climáticos extremos; e com os Projetos de Resolução n.ºs 522/XVII/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo o acompanhamento no terreno e a avaliação dos prejuízos causados pela depressão *Kristin*, 525/XVII/1.^a (JPP) — Recomenda ao Governo da República a adoção de medidas urgentes de reposição das capacidades produtivas agrícolas e de apoio excecional aos agricultores afetados pelas tempestades ocorridas no final de janeiro de 2026, 562/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a criação de um fundo de resgate agrícola, a fundo perdido, para a reposição do potencial produtivo e compensação de perdas nas explorações agrícolas e pecuárias afetadas pela tempestade *Kristin*, 605/XVII/1.^a (JPP) — Recomenda ao Governo a criação do fundo nacional de luta contra as catástrofes naturais, 630/XVII/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo a divulgação mensal e discriminada da execução orçamental das medidas extraordinárias adotadas na sequência das tempestades e cheias recentes, 631/XVII/1.^a (IL) — Transferência dos encargos com faltas em situação de calamidade das empresas para a Segurança Social, 632/XVII/1.^a (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que adote um conjunto de medidas adicionais de apoio aos agricultores portugueses afetados pela depressão *Kristin*, 633/XVII/1.^a (L) — Proteger alunos depois das tempestades: recuperar as infraestruturas escolares e as aprendizagens e 634/XVII/1.^a (L) — Garantia do apoio à recuperação da habitação em todos os territórios afetados pelo comboio de tempestades.

Para a primeira intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quando trazemos hoje a debate a criação de um escudo social para proteger e reconstruir as comunidades atingidas pelo ciclo de tempestades de janeiro e fevereiro, fazemo-lo de olhos postos na nossa história.

Portugal sempre conheceu a fúria dos elementos, sendo forçado a reviver a mesma lição incontornável: as catástrofes nunca são apenas naturais, são quase sempre tragédias profundamente sociais.

Numa só noite, em novembro de 1967, as cheias na região de Lisboa mataram centenas de pessoas, vitimando quem vivia nos bairros de lata e nas construções precárias da periferia. Porém, a lama de 1967 não destruiu apenas casas, escancarou a brutalidade da pobreza e da desigualdade que a ditadura tentava, a todo o custo, esconder.

A censura tentou abafar a dimensão da tragédia, mas esse silenciamento fracassou, perante a extraordinária vaga de solidariedade do povo português. Foram estudantes universitários e milhares de cidadãos anónimos que se mobilizaram no terreno, prestando socorro e apoiando os sobreviventes, substituindo-se a um regime que, apesar de sempre forte na repressão, foi sempre fraco na hora de proteger a nossa gente.

No final de 1997, as trágicas cheias que atingiram, com enorme violência, o Algarve e o Alentejo provaram a rapidez com que os fenómenos extremos arrasam a economia local. Em poucas horas, a força das águas destruiu infraestruturas, isolou aldeias e arruinou o sustento de quem dependia da terra, expondo a fragilidade das populações e a urgência de mecanismos permanentes de resposta do Estado.

A onda de calor e os dramáticos incêndios de 2003 expuseram a profunda vulnerabilidade das populações idosas e o estado de abandono de grande parte da nossa floresta.

A sucessão de catástrofes nos anos seguintes confirmou que não estávamos perante episódios isolados. Aos aluviões mortíferos da Madeira, em 2010, seguiram-se as tragédias de 2017, em Pedrógão Grande e na região centro, demonstrando o custo dramático do desordenamento do território.

A perda irreparável de 116 vidas e a destruição da economia de dezenas de concelhos puseram a descoberto as assimetrias de um país onde o interior tem estado demasiadas vezes desprotegido, perante a severidade dos fenómenos meteorológicos extremos.

Logo no ano seguinte, em 2018, o País foi atingido pela força destrutiva de ciclones como o *Leslie*.

A crise climática bate-nos à porta todos os dias. O País vive num pêndulo de fenómenos meteorológicos extremos. Em 2024, ondas de calor atípicas em pleno inverno cruzaram-se com as inundações costeiras da depressão *Nelson*. Em 2025, o padrão agrava-se. Ao verão mais quente e seco da história, marcado por incêndios severos e mortalidade extrema, sucede-se um outono cheio de cheias urbanas.

Foi sobre este território fustigado que se abateram, no início deste ano, em poucos dias, as tempestades *Kristin*, *Leonardo* e *Marta*, levando as infraestruturas ao limite. Mais de um milhão de pessoas ficou sem eletricidade e os prejuízos já rondarão os 6 mil milhões de euros.

O transbordo do Tejo, do Sado e do Mondego forçaram evacuações, provocaram o colapso parcial da principal autoestrada do País, resultando em perdas humanas incontornáveis.

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, desculpe. Está muito ruído na Sala, não se consegue ouvir com qualidade o orador.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — São os Deputados do Bloco! Se fossem para o Bloco não havia barulho!

O Sr. **Presidente**: — Pedia a atenção a todos os Srs. Deputados que estão em diálogo bilateral e que em conjunto tornam isto inaudível.

Desculpe, Sr. Deputado. Faça favor, pode prosseguir.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Obrigado, Sr. Presidente.

Mas a destruição vai muito além das infraestruturas — afoga o sustento de quem trabalha. Com as colheitas arrasadas e perdas agrícolas de centenas de milhões de euros, a fatura climática converte-se num choque económico direto.

Perante a violência do comboio de tempestades, o País exigia um Estado a postos e coordenado. O que encontrou foi falta de prevenção, de comunicação e de comando, uma desvalorização incompreensível dos alertas.

Quando a tempestade exigia resposta, a cadeira da tutela estava inexplicavelmente vazia. A Sr.^a Ministra da Administração Interna de então justificou o seu desaparecimento com o trabalho na invisibilidade do gabinete. Uma invisibilidade muito peculiar, temos a dizer. Na manhã em que o território contava os prejuízos e o medo imperava, a Ministra estava perfeitamente visível no centro de Lisboa a distribuir espadas numa cerimónia protocolar.

E o abandono não se ficou por aqui. Com o País sob aviso vermelho, o Comandante Nacional de Emergência e Proteção Civil encontrava-se numa suposta e inadiável visita de estudo a Bruxelas, com a inexplicável autorização da tutela.

Enquanto isso, o Ministro da Presidência encontrou tempo para encenar um vídeo nas redes sociais, de rádio na mão, garantindo com gravidade que cada decisão conta. A lamentável ironia desta história é que enquanto o Ministro tratava do *marketing* político com um *walkie-talkie*, o SIRESP (Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal) falhava no mundo real, deixando autarcas e agentes da proteção civil totalmente sem comunicações.

Se cada decisão conta, continua por explicar a razão pela qual as Forças Armadas só receberam ordens de prontidão uma semana depois da tempestade.

E o que dizer da aparição de Nuno Melo em Leiria? Fê-lo apenas para montar um espetáculo mediático.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso é mentira! Foi desmentido isso! Aldrabão!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — A população percebeu a encenação e revoltou-se, a ver o exército instrumentalizado para uma sessão fotográfica. Como é que no Ministério da Defesa Nacional se achou que o melhor que tinham a fazer era o número no meio do desespero?

Quem lidava com a catástrofe não precisava de propaganda, precisava dos braços que o Governo reteve e do socorro que tardou em chegar.

A quem perdeu a casa e o sustento, o Ministro Castro Almeida teve o desplante de sugerir em direto, na televisão, que respondessem à crise com o salário do mês passado, uma afronta atroz a quem vive do seu trabalho.

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Não é verdade!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E para piorar, o Governo quebrou a palavra dada. Prometeu um *layoff* a 100 % para os trabalhadores das zonas afetadas, mas a lei publicada impõe cortes reais nos rendimentos de quem mais sofreu.

É exatamente para travar este absurdo que o Bloco de Esquerda submete hoje a debate a criação de um escudo social para proteger e reconstruir as comunidades afetadas. Um programa de emergência com medidas concretas, porque a solidariedade do Estado não se faz com promessas rasgadas.

O primeiro passo e o mais básico: garantir o rendimento de quem trabalha. Alguém neste Parlamento consegue explicar a lógica de cortar o salário a quem acabou de perder a casa? Alguém percebe a crueldade de impor cortes a partir do salário mínimo a famílias que enfrentam agora despesas extraordinárias para reerguer as suas vidas por causa da catástrofe?

O impacto orçamental de garantir a totalidade destes ordenados é absolutamente residual para as contas públicas, mas é a diferença entre a justiça e o abandono de quem sofreu o impacto da tempestade.

O *layoff* deve ser pago a 100 %, sem truques, sem cortes, tal como o Governo prometeu ao País no dia 2 de fevereiro.

A par da defesa do salário, a proteção da habitação exige respostas fortes. O projeto do Bloco determina a isenção de IMI (imposto municipal sobre imóveis) para as habitações próprias permanentes que foram gravemente afetadas. Que sentido faz o Estado exigir o IMI a quem tem a casa com o telhado arrancado ou submersa na lama? Para quem ficou literalmente sem teto é imperativo garantir um apoio extraordinário à renda, pelo menos até o final deste ano. Ninguém pode ficar na rua ou depender de favores quando o País tem meios para proteger a sua população.

Existe ainda o reforço claro do apoio extraordinário. A medida do Governo é reconhecidamente insuficiente, falha na resposta à verdadeira dimensão da perda. O Estado tem de garantir os meios necessários para segurar o tecido económico, garantindo que a indústria e o comércio destas regiões não fecham portas. Sem a economia local a funcionar, não há reconstrução que resista.

Por fim, a dimensão mais trágica deste comboio de tempestades. Nenhuma verba devolve uma vida humana perdida, mas o Estado tem um dever inalienável de reparação. O escudo social impõe o pagamento de indemnizações justas, céleres e sem arrastamentos nos tribunais. Famílias que perderam os seus entes queridos devem ter uma indemnização justa, bem como todos aqueles que devido a esta catástrofe ficaram incapacitados e nunca mais poderão trabalhar.

Mas a reconstrução do País exige também reconhecer quem esteve na linha da frente. Quando as comunicações colapsaram, quando o comando falhou e a tutela desapareceu, quem segurou o País foram os bombeiros, as forças de segurança, os agentes da proteção civil, os trabalhadores das autarquias locais, os profissionais de saúde. Estes homens e mulheres agiram em vários casos antes de qualquer orientação superior, muitas vezes porque essa orientação pura e simplesmente não existia. Sob condições extremas salvaram vidas, socorreram populações isoladas, desobstruíram vias e garantiram a segurança no meio do caos. O Estado tem uma dívida imensa para com estes profissionais, porque durante muitas horas foram a presença do Estado em territórios que se sentiram abandonados.

Por isso, propomos a atribuição de um subsídio extraordinário de missão para todos os operacionais da proteção civil e trabalhadores envolvidos no socorro. O reconhecimento do Estado não se pode esgotar em palmadinhas nas costas e notas formais de agradecimento. Tem de ser respeito e remuneração justa pelo risco e esforço desmedido.

É também o momento de deixar o mais profundo agradecimento a quem, não vestindo farda, não virou a cara à tragédia. Aos milhares de voluntários,...

Protestos do Deputado do CH Pedro Santos Frazão.

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — E a flotilha?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... aos vizinhos que acudiram vizinhos, a toda a vaga de solidariedade...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Foi uma flotilha?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... que se levantou para arranjar casas, limpar a lama, reerguer terras afetadas. Quando as estruturas oficiais cederam, foi a força das pessoas comuns que preveniu um desastre ainda maior. Esta capacidade inesgotável de entreatajuda, de mobilização, é a expressão da força de um país inteiro, do patriotismo solidário que nos protege e nos une. Todos por todos — é assim que se constrói um país, é assim que se cuida de um país.

Protestos da Deputada do CH Patrícia Carvalho.

Portugal é um país de gente extraordinária, que se organiza e que se levanta de braço dado. Hoje, o Parlamento tem a obrigação de dar corpo e expressão à solidariedade, de mostrar que está à altura do povo que representa.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem dois pedidos de esclarecimento, do Sr. Deputado João Ribeiro e da Sr.^a Deputada Carla Barros, aos quais responderá individualmente.

Entretanto, antes de avançar com os pedidos de esclarecimento, o Sr. Deputado João Pinho de Almeida pede a palavra. Faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, estava a pedir a palavra para invocar o artigo 85.º do Regimento e para lavrar um protesto.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Sim senhor, faça favor, dispõe de 1 minuto para o efeito.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, entre as muitas mentiras que o Sr. Deputado Fabian Figueiredo disse na sua intervenção, disse uma que já foi desmentida publicamente, que tem a ver com uma ação das Forças Armadas.

Protestos do Deputado do PS André Pinotes Batista.

E há limites para esse tipo de intervenções aqui neste Parlamento. E uso a figura regimental do protesto porque é exatamente um protesto. Quando uma cadeia de televisão reconhece um erro e retifica uma informação errada que deu aos seus telespectadores, mas depois um Deputado vem invocar esse erro que já foi desmentido para supostamente pôr em causa um membro do Governo, das duas uma, Sr. Deputado Fabian Figueiredo: ou o senhor está de má-fé ou é um mentiroso!

Vozes do CH: — Ih...!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E, portanto, eu só lhe pergunto uma coisa: o senhor agiu de má-fé ou é mentiroso?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, também dispõe de um minuto para o contraprotesto, se o pretender exercer.

Pausa.

O Sr. Deputado Fabian Figueiredo informa a Mesa que não o pretende exercer...

Protestos do CH.

... pelo que está feita a figura regimental e a contrafigura.

Vou então dar a palavra ao Sr. Deputado João Ribeiro, do Chega, para um pedido de esclarecimento, dispondo de 2 minutos.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, depois de uma intervenção que demorou quase tanto tempo como o tempo que o Governo demorou a abrir os olhos para a calamidade que estávamos a viver,...

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — ... queria deixar, em primeiro lugar, uma palavra de condolências para as famílias enlutadas e uma mensagem de conforto para todos aqueles que sofreram e ainda sofrem com as tempestades que assolaram o País.

Nunca é demais recordar que o Governo da AD (Aliança Democrática) respondeu tarde e a más horas, passado quase um mês da tempestade *Kristin*, quando as medidas deviam ter sido tomadas no dia 27 à noite, ou seja, antes da tempestade.

Também nos devem fazer pensar aquelas mensagens que recebemos da Proteção Civil, que são muito generalistas e cada vez mais frequentes, e fazem com que a população não as leve a sério.

No entanto, não deixa de ser curioso o Deputado do Bloco de Esquerda marcar este debate com umas medidas avulso, muitas delas que foi ouvindo dos outros partidos, sendo que o partido do AIMI (adicional ao imposto municipal sobre imóveis) vem com uma proposta de isentar o IMI. A piada faz-se sozinha, Sr. Deputado!

Aplausos e risos do CH.

Também relembro o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda que quando foram os incêndios de 2017 — uma das situações mais mortíferas que o nosso País atravessou —, estavam no Governo com o PS, ou apoiavam o Governo do PS, com a geringonça. E era nessa altura que deviam ter proposto medidas para que situações futuras como aquela não voltassem a acontecer.

Mas é compreensível: quando estão preocupados com medidas fundamentalistas de combate às alterações climáticas, esquecem-se de medidas para adaptar o País a essas alterações climáticas.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — E estas calamidades vão continuar a acontecer se continuarmos assim.

Por isso, Sr. Deputado, as perguntas são concretas: porque é que nessa altura não propôs medidas para alterar o problema com o SIRESP, pois sempre que há uma calamidade, o SIRESP não funciona? Porque é que não propôs, nessa altura, medidas concretas? Porque é que não propôs, nessa altura, um fundo para calamidades, para estarmos prevenidos nesta situação?

É realmente uma situação muito curiosa ver hoje o Bloco de Esquerda preocupado, não com a evaporação das barragens, mas com a calamidade.

Muito obrigado e bem-vindo!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente:** — Ouvido o pedido de esclarecimento, passamos agora ao esclarecimento. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Ribeiro, se há coisa que na sua bancada não pode evaporar é a verdade, porque ela não tem liquidez.

Protestos do CH.

É que, se o Sr. Deputado tivesse ido ao arquivo, teria descoberto as posições que o Bloco de Esquerda tomou nessa mesma altura; e repare-se, quero recordá-lo, em 2017 tratávamos de fogos rurais.

Protestos do CH.

E foi esse pacote que apresentámos na altura, nomeadamente sobre o SIRESP. O Sr. Deputado deve ter o computador à frente, vai num instante ao *Google* e descobre o que é que o Bloco de Esquerda apresentou, os mecanismos.

Vozes do CH: — Zero! Zero! Bola!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Não, não! Façam o favor, façam o seguinte exercício, Srs. Deputados: vão ao *Google*, procurem por «SIRESP», «Bloco de Esquerda» e «2017», e vão descobrir, Srs. Deputados,...

Continuação de protestos do CH.

... se me deixarem falar, que nós criticámos sempre o negócio que deu origem ao SIRESP, que é, aliás, a origem da falha.

De facto, é inaceitável que um sistema que deve funcionar em momentos de emergência falhe sempre que há emergência.

Sobre o IMI, Sr. Deputado, é curioso, e quero cumprimentar a sua bancada, por ter acompanhado a iniciativa do Bloco de Esquerda sobre essa matéria, porque de facto é uma indignidade...

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — A ideia foi nossa!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... que uma habitação própria permanente tenha de pagar IMI estando severamente afetada. Isso não se confunde, no entanto, com o AIMI, que é profunda justiça.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — É isso! Uma injustiça!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sabe, Sr. Deputado, o AIMI paga as reformas dos nossos idosos todos os anos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Paga as vossas!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É o mecanismo de solidariedade nacional, que é uma coisa que nessa bancada não se compreende.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Então não eram os imigrantes?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Mas a força da solidariedade é cuidarmos uns dos outros, é os milionários contribuírem um bocadinho mais para pagarem as reformas mais baixas, é garantirmos que temos liquidez nos momentos de emergência.

Sabe, Sr. Deputado, nós hoje podemos ter contas públicas mais sólidas graças a medidas que introduzem equidade no sistema. Por isso, podemos dizer às populações afetadas de todos aqueles concelhos que o Estado tem liquidez para os isentar de IMI, porque ninguém compreenderia que se cobrasse IMI a uma casa que está sem telhado ou que esteja soterrada na lama.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Pedro Pinto pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa, apenas para distribuir documentos.

O Sr. Deputado Fabian Figueiredo disse para escrevermos no *Google* «SIRESP», «Bloco de Esquerda», «2017». Fizemos isso e queria distribuir os documentos que descobrimos.

Descobrimos: «Bloco de Esquerda quer nacionalização do SIRESP». Portanto, é aquilo que se descobre, é a nacionalização do SIRESP. Mais nada!

Risos e aplausos do CH.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Então? Não era zero?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Zero!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Afinal...!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Organiza a flotilha!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Carla Barros, para um pedido de esclarecimento.

Burburinho na Sala.

A Sr.^a Deputada Carla Barros tem de ter, durante o seu tempo, condições para fazer o pedido de esclarecimento de forma suficientemente audível.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É um gosto ouvi-la!

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, entre muitas inverdades que proferiu na sua intervenção, estamos de acordo em que o País, durante duas semanas e meia, passou por tempestades de que não há memória na história e, para que isso se resolva nesses territórios, são precisas ações e medidas concretas e excepcionais.

Neste sentido, Sr. Deputado, eu gostaria de tranquilizá-lo, porque o Governo, desde o primeiro momento, está junto desses territórios, com envelopes financeiros adequados. Neste momento, o Governo já disponibilizou mais de 3500 milhões para assistir essas pessoas, essas famílias, essas empresas, essas instituições e, por isso, aquilo que o deve tranquilizar é precisamente um plano de ação do Governo, que é sério, é responsável e está junto das populações.

Aquilo que não nos pode tranquilizar são as ideias que o Bloco de Esquerda traz hoje a este Parlamento: um conjunto de ideias populistas, que caem bem, mas são populistas, que revelam a cartilha ideológica da esquerda e que em nada são adequadas à seriedade e à responsabilidade que o momento exige.

Sr. Deputado, está a querer prolongar o subsídio de desemprego e a querer alterar as regras do *layoff*. O Sr. Deputado não conhece a alma do povo português, o Sr. Deputado não conhece a energia e a fibra do povo português e das pessoas destes territórios em momentos de crise.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — O Sr. Deputado não pode estar a querer inibir a ação das empresas e dos trabalhadores, atribuindo subsídio e assistencialismo, como tanto gosta.

Por isso, Sr. Deputado, a pergunta é: tendo estado junto do Governo hoje de manhã em reunião, conseguiu esclarecer todas as dúvidas? Ou pretende que aqui neste debate o possamos ajudar?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Carla Barros, uma nota prévia: eu não vou discutir com a Sr.^a Deputada quem conhece melhor a fibra e a alma do povo português, porque ela é diversa.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Oh! Ela é diversa...!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Não me submeto a exercícios de arrogância dessa natureza. Aliás, todos nós, todos os Deputados aqui, representam o povo português. Ficava bem à Sr.^a Deputada Carla Barros refletir sobre a utilidade de usar essas formulações no debate político.

Sobre a minha tranquilidade, já que me perguntou, eu estava muito tranquilo no dia 2 de fevereiro, quando li a comunicação do Ministério do Trabalho, que dizia o seguinte: «Será garantido 100 % do vencimento normal líquido, até ao triplo do salário mínimo nacional.» Isto é referente ao *layoff*.

Quem criou a expectativa justa de o Estado português não cortar salários acima do salário mínimo no momento de necessidade da catástrofe foi o ministério que a Sr.^a Deputada apoia.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Não!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Foi o ministério do PSD e está escrito.

É por isso, Sr.^a Deputada, que tanta gente se interroga: porque é que o Governo recuou? Vamos mesmo, enquanto Assembleia da República, desonrar a palavra que o Estado português deu, através da comunicação do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social? Alguém aceita que um trabalhador que ganhe 930 €, 940 €, 950 €, 1000 €, tenha o seu salário cortado na hora mais difícil da sua vida? Vamos mesmo aceitar que o Governo imponha um corte salarial a quem tem de reconstruir a vida, de readquirir bens básicos? Não, não vamos, Sr.^a Deputada.

Portanto, sobre a minha tranquilidade, eu estou pouco tranquilo desde que li o decreto-lei do Governo que corta o salário.

Protestos da Deputada do PSD Carla Barros.

Mas fiquei muito mais tranquilo com as declarações de vários Deputados, que formarão aqui uma maioria, para garantir que aos trabalhadores em *layoff* das zonas afetadas não se corta o salário. É o mínimo da decência.

Vozes do L: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Antes de passar à próxima intervenção, dou a conhecer à Câmara que estão presentes, nas diversas galerias, cidadãos do Passeio Municipal Sénior de Paços de Ferreira, alunos e professores da Escola Básica e Secundária de Santo António, cidadãos da JSD (Juventude Social Democrata) de Espinho, alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Mem Martins, alunos e professores do Agrupamento de Escolas André de Gouveia, de Évora, e alunos e professores da Escola Secundária José Afonso, de Loures.

Hoje também é o dia de aniversário da Sr.^a Deputada Dália Miranda, do Partido Socialista, que felicito.

Aplausos gerais.

Agora, dou a palavra à Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, para uma intervenção.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ó pá, ninguém merece! Ó Inês, tens de falar nas touradas!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por agradecer ao Bloco de Esquerda o agendamento deste debate.

As respostas sociais que têm vindo a ser acionadas na sequência das tempestades são importantes, mas têm-se revelado insuficientes, desde logo face à dimensão dos impactos sentidos e também do impacto devastador das alterações climáticas.

O PAN já apresentou diversas propostas para dar resposta às pessoas em múltiplas dimensões: da habitação ao apoio social e à proteção das comunidades afetadas. Mas hoje queremos trazer uma dimensão que, infelizmente, continua a ficar demasiadas vezes para trás: o resgate animal.

A tempestade expôs, de forma bastante clara, uma incapacidade de resposta das autoridades competentes no nosso País. Os planos de proteção civil não contêm ainda a integração da dimensão da proteção animal.

Não tem sido por falta de trabalho neste Parlamento, porque, quando falamos de reconstruir comunidades, não podemos ignorar a proteção animal. A Assembleia da República, na passada legislatura, fez um conjunto muito vasto de audições a diversas entidades, que deixaram muito claro a necessidade e a importância de incluir os animais na proteção e também no apoio do Estado, sempre que existe uma calamidade.

Se é certo que hoje, fruto das reuniões que tivemos com o Governo, ficámos a saber que o Governo considera que, efetivamente, as associações de proteção animal podem concorrer aos apoios, não é menos certo que as necessidades não se esgotam na reparação de telhados ou até mesmo de infraestruturas. É preciso ir mais além.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, ao tempo em que estamos aqui a debater, vai fazer cinco anos que se deu a tragédia de Santo Tirso, que tirou a vida a mais de 92 animais. Começou ontem, aliás, o julgamento não apenas das proprietárias, que se recusaram a permitir o socorro de animais, mas também de responsáveis do Estado, veterinários e membros da proteção civil.

Isto não é digno do século XXI. Quantos mais animais é que têm de morrer para que, de uma vez por todas, a Assembleia da República dê um passo em frente e inclua na legislação a proteção animal? Aliás, eu gostava de vos lembrar a imagem do militar que carregou às costas, no meio da tempestade, uma ovelha. Esta imagem percorreu o mundo.

A pergunta que se impõe é: se quem está no terreno não fica indiferente, vai ser o Parlamento que vai ficar indiferente ao sofrimento animal, às pessoas que, no meio da catástrofe, não se esquecem e não deixam os animais para trás? Ou, de uma vez por todas, vamos aprovar finalmente um quadro que permita, em especialidade, voltarmos a trabalhar e a fazer caminho para que nem as pessoas nem os animais sejam deixados para trás?

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada tem um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem mais pedidos de esclarecimento do que fala!

Risos do Deputado do PSD Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Agora tiveste piada!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É um facto!

O Sr. **Presidente**: — Para o formular, tem a palavra o Sr. Deputado Firmino Ferreira, do PSD.

O Sr. **Firmino Ferreira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o PSD reconhece a importância da proteção e do bem-estar animal, especialmente em contexto de catástrofe, mas isso não nos impede de levantar algumas reservas em relação ao projeto do PAN, nomeadamente quanto à criação de novas estruturas autónomas e à imposição de novas obrigações aos municípios, aos bombeiros e à proteção civil, a quem nunca é de mais agradecermos o desempenho manifestado nas recentes tempestades. Também não é de mais lembrarmos todas as medidas de apoio oriundas do Governo, que tão bem conhecem.

As medidas aqui propostas carecem de uma reflexão rigorosa sobre o impacto financeiro, mas também sobre a capacidade instalada para as cumprir. Mais: o próprio parecer técnico alerta para riscos de sobreposição de competências e para a necessidade de integrar estas valências num modelo já existente, em vez de criar estruturas paralelas.

É nesse sentido que está prevista uma reunião, sob orientação da DGAV (Direção-Geral de Alimentação e Veterinária), com especialistas municipais, agentes importantes na materialização das políticas de bem-estar animal, para abordar o tema de busca, salvamento e socorro animal. Mais do que projetos de lei nesta matéria, necessitamos leis que sejam realistas e exequíveis. Para tal, é necessário obter os *inputs* do território.

Por isso, concordamos que seja incluída na proteção civil nacional a componente animal, realçando a importância do conhecimento das linhas de comando e das entidades a quem responder.

Termino, questionando a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real se foi calculado o impacto financeiro do projeto de lei que aqui apresenta e qual o valor a que chegou.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, que dispõe de 23 segundos, mais 15 de tolerância, para responder.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, sobre a proposta do PAN, parece-me que o Sr. Deputado Firmino não deve ter lido a proposta na íntegra, porque a proposta não só aproveita as estruturas já existentes, não causando assim um ónus financeiro sobre aquilo que já existe, como também cria regras claras para quem está no terreno, nomeadamente na cadeia de comando.

Tendo em conta que o Parlamento já fez, na legislatura passada, uma auscultação, até uma audição bastante ampla, na qual participaram todas as forças políticas — o PSD, inclusive —, parece-me um pouco estranho que agora o PSD venha recuar face à posição que teve, ainda no ano passado, no que diz respeito à inclusão dos animais nos planos de proteção civil. Não se trata de onerar financeiramente...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr.^a Deputada, acho que se compreendeu o sentido do esclarecimento. Tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, para uma intervenção.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A atual situação do País exige respostas que não estão a chegar ao terreno. É incompreensível que, ao dia de hoje, ainda haja famílias sem eletricidade ou que as comunicações não estejam integralmente repostas, que não haja uma resposta coordenada para assegurar a reparação das habitações e que haja apoios anunciados que ainda não se materializaram.

É justa a indignação das populações, dada a tardia e insuficiente resposta do Governo, como se está a constatar. É preciso acudir às necessidades dos trabalhadores, das populações e do País. Não são admissíveis atrasos e protelamentos daquilo que é preciso fazer, nem anúncios sem compromissos concretos. Para lá da propaganda, há o país real, que espera e desespera, com problemas que se agravam, soluções que tardam, populações entregues a si próprias.

Discutimos hoje medidas que são necessárias para apoiar quem foi afetado pelas intempéries, mas recordamos que há apoios na sequência dos incêndios do verão passado que ainda estão por concretizar.

Sr. Presidente, o PCP propõe a implementação de um plano de intervenção integrado para responder às necessidades das populações e do País, na sequência dos impactos das intempéries: proteger os trabalhadores, os seus salários, os rendimentos e os postos de trabalho; reconstruir as habitações, infraestruturas, equipamentos públicos e equipamentos e instalações de entidades sem fins lucrativos; recuperar o potencial produtivo. São os eixos fundamentais em que assenta a nossa proposta.

Quanto à prioridade da proteção dos salários dos trabalhadores, a questão é a de saber se é ou não justo que sejam garantidos os salários a 100 % dos trabalhadores abrangidos pelo *layoff* simplificado. Creio que não há qualquer dúvida: é mais do que justo. Então, que não se ande à procura de subterfúgios para não se fazer

aquilo que é preciso fazer e encontre-se soluções, tal como se fez durante a epidemia da covid-19, em que os salários foram pagos a 100 %.

Foi o Governo que mentiu e decidiu não honrar o compromisso assumido. Se o Governo conseguiu acomodar as medidas que anunciou, também tem condições para acomodar e garantir o pagamento dos salários a 100 %. Basta que haja vontade política para o fazer.

Propomos o aumento do apoio em caso de perda de rendimento até 1,5 IAS (indexante dos apoios sociais) por adulto e até 3 IAS por família, e a atribuição de um apoio aos sócios-gerentes até 1,5 IAS. Apenas 10 000 € para a reparação das habitações danificadas fica muito aquém, por isso, propomos a duplicação do apoio para 20 000 €, para, de facto, garantir as condições de habitabilidade de todas as habitações das famílias que foram afetadas no nosso País.

Propomos também o reforço dos apoios para as autarquias. Foram muitos os equipamentos municipais e vias rodoviárias que ficaram danificados e nenhuma autarquia, por si só, consegue fazer face, de facto, aos impactos que significaram esses danos. Portanto, é necessário reforçar o apoio não só para as autarquias, como também para as infraestruturas, para o património cultural, garantindo às associações culturais, às coletividades, aos clubes e às IPSS (instituições particulares de solidariedade social) também um apoio a 100 % para a reparação dos seus equipamentos e das suas instalações. Fazem um trabalho extraordinário no nosso País, no que diz respeito ao apoio social, no que diz respeito à cultura e ao desporto, portanto, esta é uma questão também decisiva para garantir a continuação dessas atividades.

Quanto à reposição da capacidade produtiva, é fundamental assegurar o apoio às empresas, nomeadamente no valor de 500 000 €, para os prejuízos não cobertos pelos seguros, e também o reforço do apoio para a agricultura e para as florestas, atribuindo, num regime simplificado, 15 000 € aos pequenos agricultores e até 15 000 € às micro, pequenas e médias empresas, tendo em conta a perda de rendimentos.

Há um conjunto de lições fundamentais que temos de retirar de tudo isto que está a acontecer no nosso País. A verdade é que, se os setores estratégicos estivessem nas mãos do Estado, a resposta seria completamente diferente. Se a Administração Pública não tivesse sido desmantelada, a resposta por parte do Estado seria completamente diferente.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Porque é que só agora é que diz isso?! Mas quem é que andou na geringonça?!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Se fossem garantidos os direitos dos trabalhadores, nomeadamente combatendo a precariedade, os baixos salários, a subcontratação, hoje, os trabalhadores e as famílias teriam muito mais estabilidade.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, está aqui um conjunto de medidas concretas que fazem diferença na vida de todos os que foram afetados, e a questão é a de saber se vão acompanhar o PCP nestas respostas que são fundamentais para apoiar as vítimas das tempestades.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Agora, dou a palavra ao Sr. Deputado André Ventura, para uma intervenção.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O debate de hoje, marcado pelo Bloco de Esquerda, tem esta importância e particularidade — a importância da resposta do Estado num dos momentos mais difíceis para as populações, a importância de um País que está à espera de ver o que o Parlamento pode fazer de resposta rápida e eficaz às populações, muito ao contrário do que aquilo que o Governo fez.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É urgente que essa resposta se materialize em alguma coisa que possam sentir nas suas vidas.

Não devemos nem podemos, porém, deixar de olhar para a forma como o País está hoje na resposta às intempéries, às catástrofes e às calamidades, para a centralidade política deste debate, e perceber porque

chegámos aqui. Durante o tempo em que o partido proponente deste debate esteve ou a apoiar ou a segurar uma solução de Governo, o País enfrentou os grandes incêndios de 2017,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... em junho e em outubro, com mais de 100 mortos; o País enfrentou o furacão *Leslie*, com destruição de grande parte da estrutura agrícola de algumas zonas nacionais;...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... o País enfrentou a pandemia da covid-19, com tudo o que sabemos e conhecemos de destruição da atividade económica; o País enfrentou cheias na Grande Lisboa,...

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sem mortos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... cheias na cidade do Porto; o País enfrentou uma série de calamidades.

O partido proponente traz-nos hoje um escudo social e, por isso, é justo que perguntemos com legitimidade onde é que andava o Bloco de Esquerda, quando o País mais precisava dele, durante todas as tragédias e calamidades que tivemos nestes anos.

Aplausos do CH.

Se, na verdade, precisamos hoje de um escudo social para responder com a descida do IMI, o partido que votou contra todas as descidas do IMI aqui, no Parlamento, quer agora, imaginem, isentar as pessoas do IMI! Votou contra todas as descidas do IMI no Parlamento!

Aplausos do CH.

O partido que podia ter dito ao PS «ou substituem o SIRESP, ou não contam connosco» optou por, cobardemente, ficar calado por mais um lugar à mesa da geringonça.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O partido que olhava para o caos que acontecia no País e via que as indemnizações aos incêndios e às suas vítimas não chegavam, viu passar 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 sempre calado. Agora, querem falar, e nós não podemos aceitar isso. Não podemos aceitar essa hipocrisia do Bloco de Esquerda.

Aplausos do CH.

A geringonça será sempre assim e deles não podemos esperar muito mais. Ouvimos a Sr.^a Deputada Paula Santos, da CDU (Coligação Democrática Unitária), deste púlpito, dizer que temos agora de dar a resposta certa às pessoas, em tempo de catástrofe.

Protestos do PS.

Então, Sr.^a Deputada, onde é que estava a CDU, quando era preciso fazer estas mudanças no SIRESP?

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — A exigir respostas! Estávamos a exigir respostas!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Já agora, para memória futura, este grupo...

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Tenha calma e acalme-se!

Risos do Deputado do PSD Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Tenha calma e acalme-se...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Já agora, este grupo parlamentar...

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Não somos como o Chega, que dá respaldo a tudo!

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Continue, Sr. Deputado, que está audível.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Obrigado.

Já agora, Sr.^a Deputada, porque a história deve ser recordada, em relação a dois projetos desta bancada parlamentar para dar dignidade aos bombeiros, subsídio de risco aos bombeiros, estrutura de comando aos bombeiros e ação aos bombeiros, os votos da CDU foram de abstenção.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É uma vergonha estarem aqui hoje a falar de bombeiros e a falar de proteção civil. É uma vergonha!

Aplausos do CH.

O País passou por uma das suas grandes crises e não, Sr.^a Deputada Carla Barros, não, o País não respondeu com, e cito, «os envelopes financeiros adequados». Não respondeu com os envelopes financeiros adequados, pois, se respondesse com os envelopes financeiros adequados, não teríamos um plano, apresentado na semana passada, sem objetivos, sem metas, sem valores, sem qualquer substância. Se se preocupassem mesmo, como o Chega, neste Plenário, com a destruição agrícola, que pode chegar a mil milhões de euros, na zona centro e nas zonas devastadas, não apresentariam esta sequência de *PowerPoints* que, deixem-me dizer-lhes, fica ao nível do pior do Partido Socialista na governação do País.

Aplausos do CH.

Falharam e é preciso admitir que falharam.

No dia 27 de janeiro à tarde, o País recebeu esta mensagem: «Depressão *Kristin*, vento intenso até 140 km/hora na sua região ou próximo. Fique atento.» Foi isto que enviámos para o País, horas antes de uma destruição brutal e fatal, com pessoas que não se conseguiram proteger, nem proteger as suas famílias.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.^a Deputada, não fica mal — receba o conselho, se assim o entender —, de vez em quando, ao partido que governa e à maioria que governa, olhar os portugueses na cara e dizer «agimos mal, pedimos desculpa». É assim que fazemos em Portugal.

Aplausos do CH.

Não ficaria mal fazerem isso, tal como não ficaria mal aceitarem hoje o não pagamento do IMI nestas zonas afetadas. É por uma razão óbvia que estamos à vontade: não faz sentido nenhum onerar os proprietários em zonas onde se perdeu tudo e onde as pessoas ficaram sem capacidade de viver e de sobreviver. Não é uma graça ou uma esmola que lhes damos, é o mínimo de dignidade a quem usou, às vezes, a sua vida, a sua liberdade para reconstruir telhados, paredes, escadas, tudo aquilo que estava destruído. Não era uma esmola, era dignidade. Era o mínimo que lhes podíamos dar.

Srs. Deputados que formam esta maioria, o pior que podemos fazer em tempos de crise é dizer ao País que vamos fazer uma coisa e fazermos outra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Dizer que vamos pagar o *layoff* a 100 % e depois já é a 80 % ou a 70 %, ou remetemos para o Código do Trabalho, não é uma forma correta de se governar, sobretudo em momentos de crise.

Esse pedido de desculpa também abarca momentos como este: a capacidade de voltar atrás e dizer que sim, que vamos corrigir; a capacidade de reconhecer que falhámos e que vamos fazer melhor.

Não temos muito tempo, temos de ser rápidos.

Protestos do Deputado do PS André Pinotes Batista.

O País está de olho em nós, saibamos servi-lo hoje.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem dois pedidos de esclarecimento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Só?!

O Sr. **Presidente**: — Responde autonomamente ou em conjunto?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Um a um!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado informou a Mesa de que responderá aos dois em conjunto. Terá 3 minutos para o fazer.

Para um primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Sonia dos Reis, do PSD.

A Sr.^a **Sonia dos Reis** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, vamos falar de agricultura.

Vozes do CH: — Boa!

A Sr.^a **Sonia dos Reis** (PSD): — Os Deputados do PSD e o Governo têm estado desde o dia 28 de janeiro no terreno, a acompanhar os efeitos da tempestade *Kristin*,...

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pergunta à Ana Abrunhosa!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Calma!

A Sr.^a **Sonia dos Reis** (PSD): — ... estendendo toda a sua solidariedade e compromisso aos autarcas dos municípios atingidos pela tempestade, independentemente da sua cor política, porque o País tem de se unir e

responder de forma articulada e inequívoca a situações deste tipo, sem registo nem dimensão de que haja memória.

O Ministério da Agricultura e Mar procedeu de imediato ao levantamento das necessidades no terreno, disponibilizando os meios técnicos e humanos para o efeito e desenvolvendo as diligências necessárias no sentido de identificar as linhas de financiamento para apoiar quem precisa.

O projeto de resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do Chega não passa de intenções, porque o Governo já está a trabalhar na reposição do potencial produtivo, com um regime de processo simplificado até ao montante de 10 000 €.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Sonia dos Reis** (PSD): — O próprio ministro tem defendido em Bruxelas a urgência da criação de um mecanismo europeu de resseguro agrícola para catástrofes, tornando os seguros mais acessíveis aos agricultores.

Para esta situação em particular, o Governo tem em curso o PTRR (Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência), com um conjunto de medidas que irão apoiar os agricultores portugueses. Este é um ministro que acompanha os agricultores, os pescadores e todos os que foram lesados pela tempestade; é um ministro que ouve as necessidades e trabalha para lhes dar a devida resposta.

Sr. Deputado, saberá dizer certamente de que forma considera que deverão ser operacionalizados os seguros e como é que 15 000 € podem ajudar a resolver perdas de estruturas, culturas e afins, dando resposta a tudo o que é necessário recuperar no setor, nesta fase.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É bem mais do que 10 000 €!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado André Ventura, no dia 5 de julho de 2017, o Bloco trouxe um projeto sobre o SIRESP, logo no seguimento dos terríveis incêndios de Pedrógão, que foi chumbado pelo Partido Socialista e mereceu a abstenção do seu partido na altura, o PSD.

Protestos do CH.

Trouxe um refrão para este debate e decidi não o atualizar. Vai repetindo uma mentira atrás da outra.

Sobre Pedrógão Grande e os terríveis incêndios, o quadro normativo e indemnizatório que foi criado, e o Sr. Deputado, ainda por cima, sabe disto,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Foi o PSD!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... foi o que inspirou o projeto que o Bloco traz hoje a discussão e a votação, e vamos ver como é que vota o Sr. Deputado. É que o quadro normativo que se criou, a inovação que ele representou, foi no sentido certo.

Eu quero ver se os votos do Chega falham ou não às vítimas mortais da catástrofe e a todas as pessoas, repito, a todas as pessoas que, por consequência direta ou indireta da catástrofe, nunca mais poderão trabalhar na vida.

Agora, o Sr. Deputado fala do trabalho que tivemos de fazer, do qual nos orgulhamos, para lidar com a pandemia da covid-19. O Sr. Deputado, na altura, já era Deputado e foi porta-voz de uma campanha contra a segurança nacional. Recordamos toda a desconfiança que plantou contra as vacinas!

Protestos de Deputados do CH.

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Não é verdade! Não é verdade!

Vozes do CH: — Mentira!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Como é que estaria hoje Portugal, se tivéssemos ido atrás das mentiras da extrema-direita, dos vídeos do Sr. Deputado João Tilly?

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Ora!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — O Sr. Deputado André Ventura disse, na altura, que seria o último português a ser vacinado.

Protestos do CH.

E sabe, Sr. Deputado? Pôde ser o último português a ser vacinado, porque todos os outros se vacinaram, em nome da nossa segurança coletiva,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E foi!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... na altura da pandemia, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tempestade *Kristin*!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Felizmente, foi a solidariedade que imperou, cuidámos uns dos outros, e foi assim que vencemos a pandemia da covid-19 e que devolvemos a liberdade a todas as pessoas, Sr. Deputado, apesar da campanha infame de mentira que montou na altura.

Aplausos do L.

Protestos do CH e contraprotestos do L, do BE e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente:** — Ó Srs. Deputados, o Sr. Deputado André Ventura precisa de ter as condições para poder esclarecer.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Sr. Deputado Pedro Pinto, o Sr. Deputado André Ventura tem de ter as condições para poder responder.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Deixem ouvir o querido líder!...

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado André Ventura, tem a palavra, para responder.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Srs. Deputados, antes de mais, agradeço-vos as questões que foram colocadas, e vamos começar pela realmente importante, que é a agricultura.

Sr.^a Deputada, nós temos mais de 1000 milhões de prejuízos em agricultura, estimados ao dia de hoje. Mais de 1000 milhões! Quando temos prejuízos desta ordem e desta categoria, temos de ser rápidos. Temos de tomar decisões rápidas, e essas decisões não podem passar por endividar ainda mais os agricultores.

Vozes do CH: — Claro! Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Portanto, o que o Governo fez nos primeiros dias foi dizer às pessoas que não iam ter apoios diferentes dos que tiveram durante o furacão *Leslie*. Eu estive — a Sr.^a Deputada, se calhar,

também, e acredito que muitos outros Deputados também — em explorações que tinham sido destruídas em 2018 e que voltaram a ser destruídas agora.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Disseram-nos: «Por favor, não voltem com o mesmo esquema, completamente ineficaz, de apoios.» Mas foi isso que fizeram!

Repare, ao proporem o que propõem a agricultores que perderam tudo e que não sabem como hão de pagar os salários do próximo mês, nem sabem se têm estrutura para irem ao banco endividar-se mais e, daqui a um, dois ou três anos, terem de pagar o resto, e com juros, estão a dizer-lhes que eles não vão ficar melhor. Eles vão ficar é mais endividados!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!

O Sr. **André Ventura** (CH): — A nossa diferença em relação ao PSD é esta: nós queremos um fundo agrícola, articulado ou não com a União Europeia. Vocês falharam e atrasaram-se no pedido de ajuda europeia — é uma questão vossa, não é uma questão nossa —, mas ao menos que não o façamos agora.

Protestos do Deputado do PSD Ricardo Carvalho.

Se Bruxelas serve para alguma coisa, que sirva para agora dizermos aos nossos agricultores, aos nossos produtores, que não vão ter de se endividar mais; para lhes dizer que nós falhámos, mas que vamos mesmo estar lá para eles. Isso é que era importante termos agora.

Aplausos do CH.

Depois, Sr.^a Deputada, quero só dizer-lhe que não seria sequer preciso o Chega falar disto. Bastava ver o Ministro da Agricultura, em Coimbra, ontem, a levar aquela sova da autarca...

Risos de Deputados do CH.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Oh!...

A Sr.^a **Sonia dos Reis** (PSD): — Por amor de Deus!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... — que não é do Chega! —, a dizer-lhe que não estive no terreno, que não foi ao terreno e que agiram tarde demais.

Protestos do PS e de Deputados do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Chiu!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não fomos nós que o dissemos, foi uma autarca que até foi elogiada por vários dos vossos dirigentes, pelo Presidente da República, por todos! Foi isso mesmo que aconteceu.

Aplausos do CH.

Portanto, Sr.^a Deputada, o que nós precisamos é de sair daqui hoje com a certeza de que, no PSD, teremos a aprovação de que as pessoas não vão pagar IMI — porque é uma injustiça brutal pagarem IMI nestas zonas — e de que o fundo agrícola para apoio à agricultura vai mesmo ser para avançar.

Sr. Deputado Fabian Figueiredo, olhe, eu tanto ia ser o último a ser vacinado que ainda não me vacinei,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... até ao dia de hoje, contra a covid-19.

Aplausos do CH.

Tanto ia ser o último que ainda não me vacinei.

Continuação de aplausos do CH.

Ainda não me vacinei! Não me vacinei, e foi uma escolha minha. Foi uma escolha pessoal, mas certamente, Sr. Deputado, nunca aceitaria passar à frente de ninguém para me vacinar, fosse político ou não fosse político.

Aplausos do CH.

Nunca aceitaria passar à frente de ninguém!

Sr. Deputado, pode vir com a covid-19 às vezes que entender. O que nós fizemos quando já estávamos aqui no Parlamento... É que nós passámos de 1 para 12, para 50 e para 60; os senhores passaram de 19 para 7, para 6 e, agora, para 1!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Um!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O movimento é diferente: nós crescemos a convencer o povo português; os senhores afastaram-se do povo português.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Vão-se embora daqui!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Eu não me arrependo, Sr. Deputado, de ter exigido transparência e integridade nos negócios da covid-19.

E sabe quem é que nos dá razão hoje? A Polícia Judiciária,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Eh!...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Agora a Polícia Judiciária é contra a vacinação?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... a Procuradoria-Geral da República e a Procuradoria Europeia.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E o povo, porque sabe que, entre covid e pandemia, houve muito gananço pelo meio.

Aplausos do CH.

Protestos do BE e do Deputado do L Rui Tavares.

Contraprotestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — O Sr. Deputado Frazão não me faça fazer apertes!

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto e contraprotestos do BE e do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **Presidente**: — Vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Oliveira, do PSD, para uma intervenção.

Continuação de protestos do Deputado do CH Pedro Pinto e de contraprotestos do BE e do Deputado do L Rui Tavares.

Sr. Deputado, é bom começar a falar antes que a tensão da Sala suba. Agradeço-lhe que ajude o Presidente da Mesa a conter as emoções, faça favor.

O Sr. **Ricardo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O que o País viveu não foi apenas um comboio de tempestades, foi um momento de dor coletiva.

Perderam-se vidas e tantas outras ficaram suspensas, famílias desalojadas, idosos angustiados, pais e mães sem saberem como recomeçar, empresários desesperados. A essas pessoas não basta solidariedade, elas precisam que lhes devolvamos esperança, e a esperança constrói-se com a ação.

Tenho andado no terreno, como tantos outros autarcas. Falei com famílias que viram o telhado a voar, falei com empresários que perderam máquinas, perderam *stock* e anos de investimento, falei com agricultores que, em poucos dias, ficaram sem culturas e sem rendimentos e vi autarcas que fizeram o que tinha de ser feito, e é aí que começa a força do Estado: nas câmaras municipais, nas juntas de freguesia, na Proteção Civil, na coragem e na competência de quem conhece cada rua e cada família pelo nome.

Sou testemunha do funcionamento das instituições e sou testemunha da coordenação que foi feita na prevenção.

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Oliveira** (PSD): — Depois de anos sem investimento, cabe agora a este Governo reforçar meios, equipamentos e capacidade operacional, e esse reforço está em curso.

A extensão dos danos é impressionante: habitações, infraestruturas críticas, equipamentos públicos, empresas, instituições sociais, património natural e cultural.

A região centro sofreu muito, e também o distrito de Santarém, a norte com o vento e na lezíria com as cheias. Ainda a região de Coimbra, Alcácer do Sal e tantos outros concelhos, como Ourém e Ferreira do Zêzere, que ficaram tão ou mais afetados do que algumas zonas mais mediáticas. Este projeto de resolução do PSD quer dar resposta a isso mesmo.

Perante tudo isto — é verdade —, o Governo agiu rápido: declarou o estado de calamidade nos municípios mais afetados e, ontem mesmo, alargou essa condição a mais 22 concelhos. Está em curso o levantamento rigoroso dos prejuízos e já começaram a ser pagos os primeiros apoios.

A principal autoestrada do País, mandada fechar preventivamente para evitar uma tragédia, em apenas duas semanas, já está transitável — um exemplo da rapidez na resposta.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do CH Paulo Seco.

Foi solicitada ao LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil) uma auditoria às infraestruturas críticas, porque reconstruir não será apenas repor. Reconstruir será prevenir, reparar, fazer melhor, com mais resiliência e mais preparação para o futuro.

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Oliveira** (PSD): — O PTRR irá permitir capacitar Portugal para melhor responder perante crises e fenómenos extremos. O pacote global de apoio já ascende a 4000 milhões de euros, com os primeiros pagamentos iniciados 15 dias após a primeira tempestade. Isto faz-se no terreno, não se faz nas redes sociais.

Aplausos do PSD.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, há quem veja nas tragédias uma oportunidade de ruído; o PSD vê uma obrigação de resposta. Há quem procure dividir, nós escolhemos reconstruir.

Portugal já enfrentou crises económicas, incêndios devastadores, pandemias, tempestades e, sempre que foi posto à prova, levantou-se.

Protestos do Deputado do CH Eliseu Neves.

Portugal será sempre maior do que qualquer tempestade, maior do que qualquer adversidade, maior do que o medo e maior do que o ruído, porque a nossa maior força está nas pessoas, na solidariedade, na capacidade de trabalharmos juntos quando tudo parece perdido. E é essa a força que, hoje, está novamente em marcha.

Reconstruiremos o que foi destruído, apoiaremos quem está a sofrer, reformaremos o que for preciso reformar e, juntos, provaremos, uma vez mais, que Portugal não se verga. Portugal levanta-se!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Enquanto o Sr. Deputado se dirige ao seu lugar na bancada, informo-o de que tem quatro pedidos de esclarecimento. Como pretende responder? Dois a dois?

O Sr. **Ricardo Oliveira** (PSD): — Aos quatro, em conjunto.

O Sr. **Presidente**: — Então, para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Nunes, do Chega.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, este debate já vai longo e uma das questões em cima da mesa é esta: quando nós dizemos que o sistema tem de ser mudado, está aqui!

O Sr. Deputado Fabian Figueiredo falou das cheias de 1967,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ainda não era nascido!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — ... e, Srs. Deputados, vemos que a responsabilidade é vossa, com o que aconteceu e o que legislámos aqui.

Como é que estivemos a prever calamidades? Basicamente, acreditaram em algo que nós acreditamos: rezaram o terço e esperaram que nada acontecesse. Mas, quando acontece, têm, claramente, o posicionamento de reação: não há prevenção.

Sabemos perfeitamente que os planos de ordenamento do território não foram todos feitos — há questões de 2007, de 2009, de 2010, de 2011 —; não conseguiram mexer na Lei de Bases da Proteção Civil, para manterem a cúpula da maneira como está; continuam a discriminar os bombeiros, e no PTRR não vem uma menção a eles;...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — ... continuam a atirar aos presidentes de câmara, quando sabem que a descentralização foi uma falha de Rui Rio e António Costa, que a única coisa que fizeram foi perpetuar a situação, com o PS a dizer que contava com o PSD e o PSD a dizer que estava aqui não para ser oposição, mas para ser colaboração.

Continuam por pagar os incêndios. Mais de 40 % não pagam, e vêm aqui dizer «está tudo pago, está tudo resolvido!».

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — E agora temos aqui a situação de «10 000 € para as pessoas é importante»... É difícil para vocês fazerem contas, porque, quando acham que 10 000 € resolve a vida das pessoas,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — ... comparado com 11 000 € para *make-up* ou 20 000 € para a Sport TV, obviamente, não têm noção da grandeza nem da dificuldade das pessoas.

Aplausos do CH.

Parem de brincar e façam um pacto de regime, de facto, com quem compensa.

Deixem de estar ao lado do Partido Socialista. Esqueçam a esquerda — que a única coisa que fez foi falta de planeamento e cidades de pedra, sem qualquer planeamento, sem ordenamento, sem coesão — e falem com quem há muito tempo diz que o IMI é o imposto mais estúpido do mundo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Dizemo-lo desde 2019, quando tínhamos apenas um Deputado, André Ventura. Por muito que vos doa, hoje somos 60, faltam dois anos para se cumprir o desígnio que ele disse...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado André Pinotes Batista.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — O melhor é ir rezando o terço!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Presidente, aproveito a ocasião para o cumprimentar e dirigir-me à bancada do PSD, em particular ao Sr. Deputado Hugo Soares, para lhe perguntar o seguinte: assistiu bem àquela figura messiânica, que se autoproclama líder da direita, a falar dos incêndios de 2017,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Dobra a língua!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — ... a falar sobre cheias no Porto, a falar sobre a pandemia?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não estás no Barreiro!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Reviu-se neste tipo de postura? Foi exatamente essa postura que os senhores adotaram durante os Governos do Partido Socialista, mas que nós hoje não adotamos.

Agora, com o peso da responsabilidade, percebem o que é responder a uma população, em vez de se subordinarem ao populismo mais básico que vos conduziu.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Mas se se reviu, não o repita, porque as catástrofes naturais são mesmo imprevisíveis, ao contrário do que o Deputado Bruno Nuno,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Nunes!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — ... com a sua sapiência, nos tentou aqui trazer.

O que importa é centrarmo-nos nas respostas, e a pergunta que temos para o Grupo Parlamentar do PSD é a seguinte: é desta vez, depois das falhas do INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica), depois das falhas no Serviço Nacional de Saúde, que vão ouvir o Partido Socialista e as suas propostas?

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Nós, aqui chegados, o que temos feito é sempre igual.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pois, isso é verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Tudo igual! É não fazer nada!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — O pior serviço que poderíamos prestar às pessoas era replicar esta forma *meme* de estar na política que o Chega tem.

Aplausos do PS.

Nós trazemos propostas e queremos ser ouvidos por um Governo insensível.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E no Barreiro?

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Mas deixe-me ser muito claro, porque nós temos um plano de emergência que vos foi sugerido, como outros que têm ignorado. É desta vez que vão prestar atenção ao bom senso e à tranquilidade de quem quer cooperar para o bem da República? Ou vão continuar obcecados em aparecer, mais do que em responder?

Deixe-me ilustrar-lhe o seguinte: prolongar o estado de calamidade, apoiar as empresas a fundo perdido, aumentar as remunerações a 100 %, e não a 66 %... Penso em Alcácer do Sal e recorde-me de Benavente, terra do Sr. Deputado do PSD que aqui falou, em que a sua autarca pediu para a isenção das portagens ser atendida pelo Governo e foi ignorada. Pergunto: vão pensar em Alcácer do Sal e também nos fundos perdidos às empresas?

Em Almada, com estes novos 22 concelhos que foram considerados em calamidade,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — E que vocês esqueceram!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — ... quais foram os critérios objetivos?

O Partido Socialista tem uma compreensão do que é responder com responsabilidade a grandes exigências. Nunca caímos na vossa demagogia e aqui estamos hoje, novamente, para ser parte da solução, assim os senhores tenham responsabilidade.

Seja bem-vindo! É pena que seja tarde, mas mais vale tarde do que nunca. E oiçam as propostas que temos, para podermos responder às pessoas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Sr. Deputado Ricardo Oliveira, ali da tribuna, proclamou o imperativo, e vou citar, «apoiaremos quem está a sofrer». Ora, sejamos então consequentes com esta proclamação.

O problema que está colocado ao PSD, nesta altura, é quanto às opções que vai, consequentemente, tomar. Uma primeira opção é continuar a defender os interesses que sempre defende, isto é, em primeiríssima linha, os interesses das empresas. Aliás, querem ir além do necessário, neste contexto, em matéria laboral.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Uma segunda opção, Srs. Deputados do PSD, além de apoiar as empresas no estritamente necessário, é defender o direito dos trabalhadores a não terem os seus rendimentos afetados.

Protestos da Deputada do PSD Carla Barros.

Por isso, pergunto se estão disponíveis para acompanhar a proposta do PCP no sentido de ser garantido aos trabalhadores um rendimento ilíquido igual ao que auferiam quando a sua empresa estava em laboração normal.

Pergunto também se acompanham o PCP quanto à exigência de que o financiamento do chamado «*lay-off* a 100 %» não seja feito à custa e com sacrifício da Segurança Social e, portanto, dos recursos dos trabalhadores, mas sim através de transferência extraordinária do Orçamento do Estado.

Finalmente, até que ponto estão disponíveis para acompanhar a proposta do PCP no que diz respeito aos apoios aos agricultores, nas medidas simplificadas, para não se ficarem pelos 10 000 €, mas sim de avançarmos até aos 15 000 €?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É um saco sem fundo!...

Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.

A Sr.^a **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Ricardo Oliveira, no dia 2 de fevereiro, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social garantia, por escrito, que será assegurado 100 % do vencimento normal líquido a todos os trabalhadores que entrarem em *lay-off* simplificado.

No dia 5 de fevereiro — passaram três dias! —, é publicado um decreto-lei que impõe um corte, a partir do salário mínimo, a todos os trabalhadores das regiões afetadas que entrarem em *lay-off*.

O que pergunto ao Sr. Deputado é: o que aconteceu nestes três dias para o Governo passar de uma posição de garantir que não tenha corte salarial nenhum trabalhador que tenha de entrar em *lay-off* porque foi afetado pela tempestade *Kristin* para uma posição em que o trabalhador passa a ter de se confrontar com um corte salarial se ganhar mais 1 € do que o salário mínimo nacional?

No dia 2 de fevereiro, tínhamos a segurança de que iríamos usar todos os mecanismos para garantir que quem é afetado não tem um corte salarial, até três salários mínimos nacionais, que é um valor perfeitamente razoável. Passados três dias, sai o decreto e há um corte salarial para qualquer trabalhador que ganhe um bocadinho mais do que o salário mínimo nacional.

Por isso, pergunto-lhe diretamente, pedindo que explique a esta Câmara: o que é que aconteceu durante esses três dias para, de repente, o Governo achar que deve cortar o salário aos trabalhadores que perderam a casa, que perderam bens, que têm de reconstruir a sua vida depois da tempestade?

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Oliveira, que dispõe de 3 minutos. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Ricardo Oliveira** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, ouvi com atenção, e agradeço as perguntas que foram formuladas, mas confesso que tenho sempre alguma dificuldade em perceber de que país é que os senhores estão a falar, porque falam de uma realidade completamente diferente daquela que estamos a viver.

Protestos do Deputado do PS Luís Moreira Testa.

Querem mesmo falar de atrasos em respostas a catástrofes naturais? Querem mesmo?! Os senhores demoraram 90 dias a pagar apoios na covid. Nós, na circunstância atual, levámos 15 dias a fazer os primeiros pagamentos às famílias.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Srs. Deputados, é legítimo escrutinar, é legítimo exigir mais e melhor, mas não é sério...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É isso!

O Sr. **Ricardo Oliveira** (PSD): — ... transformar uma resposta que foi rápida e eficaz,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É isso!

O Sr. **Ricardo Oliveira** (PSD): — ... financeiramente robusta e tecnicamente estruturada, numa narrativa de inação.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É isso!

O Sr. **Ricardo Oliveira** (PSD): — Isso não é sério!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Por isso, Srs. Deputados, sabem o que é que nos distingue? Efetivamente, é a realidade. É que, no terreno, os autarcas sabem o que está a ser feito, os bombeiros sabem o que foi e vai ser reforçado,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sabem, sabem! É zero!

O Sr. **Ricardo Oliveira** (PSD): — ... as empresas já estão a receber apoio, os agricultores têm as suas candidaturas abertas, as famílias já iniciaram processos de reconstrução de casas. É isto, Srs. Deputados, no final do dia, é isto que conta!

Enquanto os senhores andam entretidos numa competição de quem faz mais depressa, nós esquecemos a competição: nós fazemos mais depressa e resolvemos os problemas das pessoas!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Depressa e bem, não há quem!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A que horas chega à IL?!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Hoje, não falámos de estatísticas, falámos de vidas destruídas, falámos de famílias que perderam tudo, falámos de empresários que fecharam as portas, falámos de agricultores que viram o trabalho de uma vida arrastado pelas águas e que pretendem recuperar o seu potencial agrícola e falámos também de diferentes infraestruturas públicas que foram completamente destruídas.

Ano após ano, o guião repete-se: tragédias, visitas oficiais, promessas solenes, manchetes emocionadas. E depois, o que vem? Depois vem a burocracia, vem a lentidão e vem o esquecimento.

Isto não é inevitável. É, acima de tudo, falta de planeamento, falta de estrutura, e é também falta de decisão política. É precisamente isso que não queremos ver repetido e que todos nós, nesta Casa, de boa-fé, queremos de uma forma responsável evitar.

As catástrofes naturais não são exceção, são uma realidade estrutural. As alterações climáticas não são um debate académico, são cheias, incêndios, tempestades e deslizamentos de terra que atingem populações reais. E governar não é reagir quando se ligam as câmaras, governar é antecipar.

Portugal não precisa de medidas avulsas, anunciadas em conferências de imprensa, precisa de um instrumento permanente, sólido e transparente, e é por isso que o JPP propõe a criação de um verdadeiro fundo nacional de luta contra as catástrofes naturais. Um fundo permanente, com financiamento próprio, com regras claras, com ativação automática e sem depender da vontade política do momento.

Propomos uma dotação mínima variável anual entre os 0,2 % e os 0,5 % da despesa efetiva do Orçamento do Estado, a inscrever em futuros Orçamentos, com corresponsabilização do setor segurador e com recurso sistemático aos mecanismos europeus.

Propomos, acima de tudo, uma reserva plurianual que permita reforçar capacidade resiliente em anos mais difíceis. Isto não é despesa, isto é responsabilidade.

A solidariedade não pode depender do ciclo mediático, a ajuda não pode depender da pressão pública e a proteção não pode ser episódica.

É urgente definir apoios automáticos às famílias, à sua habitação própria e permanente, compensações rápidas às micro, pequenas e médias empresas, bem como criar respostas imediatas aos agricultores. Tudo isto com menos formulários e mais ação.

O JPP não apresenta esta proposta para fazer retórica, apresenta-a porque o País precisa de estrutura e não de discursos. As catástrofes não escolhem partidos, mas a inação tem responsáveis. Está na hora de deixar de gerir crises ao sabor da circunstância e de começar a governar com visão, coragem e com responsabilidade. O nosso projeto de resolução prevê precisamente isto tudo.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Hugo Costa. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Nas últimas semanas, Portugal foi atravessado por um autêntico comboio de tempestades, uma sucessão de fenómenos extremos que deixaram rastros de destruição. A madrugada de 28 de janeiro foi o momento mais severo, com a passagem da tempestade *Kristin*, que atingiu com grande violência vários pontos do nosso país, em especial os distritos de Leiria, Santarém, Castelo Branco e Coimbra.

Durante semanas, em várias zonas do País, milhares de pessoas estiveram sem eletricidade e sem comunicações. Em pleno século XXI, num Estado-Membro da União Europeia, houve localidades praticamente desligadas do mundo, e isto não pode ser normalizado.

Como Deputado pelo círculo eleitoral de Santarém, sublinho o forte impacto da *Kristin* no território pelo qual fui eleito, sobretudo nos concelhos do Médio Tejo, deixando um rasto de destruição em Ferreira do Zêzere, Ourém, Tomar ou Mação.

No distrito, as cheias e as derrocadas agravaram os danos e colocaram todo o território numa situação de verdadeira calamidade. O Médio Tejo e a Lezíria do Tejo foram profundamente atingidos: habitações destruídas, atividades económicas paralisadas, agricultura afetada, equipamentos danificados e comunidades isoladas. Deixo uma palavra para todos os autárquicos que estiveram desde a primeira hora no terreno.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, em situações de respostas a calamidades, as populações e empresas esperam três coisas do Estado: que responda rápido, que apoie de forma justa e que haja transparência. Neste sentido, é essencial recordar um princípio que deve orientar tudo, o princípio da justiça territorial. A desigualdade na resposta pública cria desconfiança, o que corrói a confiança democrática e alimenta a ideia de que há territórios esquecidos.

Foi por isso que o Partido Socialista, numa oposição construtiva, apresentou propostas para corrigir as exclusões iniciais do Governo. Foi também por isso que o Governo acabou por corrigir a sua decisão, incluindo os concelhos que já deveriam estar abrangidos, mas apenas depois das propostas de resolução do Partido Socialista aprovadas nesta Câmara e mesmo que as tenham chumbado, ainda hoje, na comissão.

Mas isto não basta, a resposta às calamidades exige rapidez, rigor e acompanhamento público. É preciso recuperar casas, empresas e infraestruturas, e é preciso garantir medidas de grande alcance, como o *lay-off* simplificado, que deve chegar a 100 % da remuneração.

O Governo está a discutir o chamado «PTRR» com medidas para reforçar a resiliência do País, medidas que têm de ser acompanhadas com clareza para assegurar a recuperação económica.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta hoje uma resolução que recomenda ao Governo a divulgação mensal e discriminada da execução orçamental das medidas extraordinárias relacionadas com as tempestades e cheias. Durante a pandemia, este modelo funcionou bem e mostrou que a transparência ajuda a decidir melhor e a reforçar a confiança.

Este rigor é ainda mais importante agora que a Comissão Europeia autorizou que estas despesas possam ser classificadas como excepcionais. Se há flexibilidade, tem de existir responsabilidade.

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, foi por isso que valorizámos a criação de uma comissão eventual de acompanhamento. Fomos os primeiros a propor uma subcomissão, mas a comissão eventual tem poderes de escrutínio mais amplos e garante a transparência que aqui defendemos.

O Partido Socialista, com responsabilidade, continuará a defender os territórios e a necessidade de respostas justas. É desta forma que estaremos neste debate.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Hugo Carneiro, do Grupo Parlamentar do PSD.

Vamos só dar tempo para que o Sr. Deputado chegue ao seu lugar.

Pausa.

Sr. Deputado Hugo Carneiro, tem a palavra.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Hugo Costa, ouvi atentamente a sua intervenção, e a primeira pergunta que gostava de lhe fazer é a seguinte: esteve ou não presente no debate quinzenal com o Primeiro-Ministro? É porque, nesse debate, o Primeiro-Ministro disse muito claramente que o Governo estava a monitorizar todas as situações, todos os prejuízos, e que, se houvesse necessidade de acudir a alguma situação de algum concelho que não estivesse abrangido pela declaração de calamidade, o Governo cá estaria. E é precisamente isso que o Governo agora vem concretizar com o que foi publicado em *Diário da República* no dia de ontem.

Portanto, repito a primeira pergunta é: esteve ou não no debate quinzenal onde o Primeiro-Ministro já o tinha afirmado?

Portanto, não foi a reboque do Partido Socialista, como o Sr. Deputado disse ali da tribuna, foi precisamente porque o Primeiro-Ministro se comprometeu.

Mais, os vários decretos que o Governo fez publicar dizem que o Governo continuará a monitorizar a situação e que dará resposta. Aliás, por isso é que temos assistido também a um reforço dos apoios nos últimos dias, como é sabido, nomeadamente nas linhas de crédito.

Há outra pergunta que gostava de lhe colocar, Sr. Deputado. É óbvio que a transparência e a divulgação da informação orçamental sobre esta situação de calamidade são necessárias. Não temos nenhuma objeção

relativamente a isso e estou certo de que o Governo o vai fazer. O que gostava de lhe perguntar é o seguinte: conhece os despachos — quer a Circular Série A n.º 1415, quer o Aviso n.º 4 — que foram emitidos pelo Diretor-Geral da Entidade Orçamental e que determinam que todas as entidades públicas são obrigadas, no âmbito da medida orçamental para esta situação, que é a medida orçamental 105, a comunicar a informação sobre as despesas e as receitas inerentes a todas as medidas que foram sendo tomadas?

Faço-lhe esta pergunta porquê, Sr. Deputado? Porque a vossa preocupação, que é uma preocupação legítima e também é a nossa, já está a ser levada a cabo pelas entidades governativas, nomeadamente pelas entidades que dependem do Governo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Costa.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Hugo Carneiro, em primeiro lugar, em relação aos municípios que estavam excluídos da calamidade, durante um período significativo de tempo o Governo dizia que era igual estar sob calamidade ou contingência. Chegaram a dizer vários secretários de Estado, na Assembleia da República, na Comissão de Economia, por exemplo, que era igual estar em contingência ou calamidade.

Ao mesmo tempo, as pessoas no terreno pediam apoios e não os conseguiam, porque esses concelhos não estavam em calamidade. Isto é um facto.

Também é um facto que, na sexta-feira passada, um projeto de resolução do Partido Socialista que indicava os mesmos 22 concelhos que hoje foram postos em calamidade foi aprovado, com os votos contra do PSD e do CDS. E esses foram aprovados na Assembleia da República.

Mas também é um facto que hoje, por proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, se tentou que, na Proposta de Lei n.º 59/XVII/1.^a (GOV), ficassem claramente os concelhos que já estavam identificados como estando em calamidade e o PSD votou contra, com a abstenção do Chega, e o diploma foi chumbado.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Já está resolvido.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Tudo isto é um facto, tudo isto é factual, Sr. Deputado.

É óbvio que, depois da pressão dos autarcas e depois de o projeto de resolução do Partido Socialista ter sido aprovado, o PSD teve de emendar a mão. Porque, sim, ainda na semana passada o Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional e o Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Economia disseram que era igual estar em contingência ou em calamidade. Sr. Deputado, vá ver as declarações deles na Comissão de Economia. É um facto.

Por isso, estamos conversados e obviamente que o PSD e o CDS têm de justificar às populações porque é que votaram contra este diploma na sexta-feira.

Em relação à monitorização da transparência...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — O Governo é que governa, não é a Assembleia!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Ó Sr. Deputado, a Assembleia da República tem competências próprias. Como sabe, o PSD até apresentou uma comissão eventual e nós tínhamos apresentado uma subcomissão que retirámos. É normal e é importante que todos nós tenhamos acesso aos dados para efeitos de transparência. Por isso, se já está tudo previsto, se o Governo o quiser fazer, Sr. Deputado, vote a favor do projeto de resolução do Partido Socialista.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para apresentar o seu projeto de resolução, tem a palavra o Sr. Deputado João Alves Ambrósio, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **João Alves Ambrósio** (IL): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A catástrofe que se abateu sobre o nosso País nas últimas semanas vai certamente deixar marcas profundas no tecido económico e social durante largos meses, senão mesmo largos anos.

Isto caso o Estado não seja capaz de articular uma resposta concertada entre autarquias locais, CCDR,...

Protestos do Deputado do PS José Carlos Barbosa.

... segurança social, Banco Português de Fomento, associações, empresas, famílias e indivíduos.

Exige-se, portanto, que a resposta pública ocorra em vários planos. Desde logo, é necessária uma resposta de emergência e proteção imediata. Depois, uma resposta de recuperação económica e social. E, por fim, uma resposta de reconstrução e, principalmente, de preparação para catástrofes a médio e longo prazo.

É neste quadro mais amplo que teremos ainda de avaliar se o PTRR, o Plano de Transformação, Recuperação e Resiliência, ganhará, por fim, consistência e capacidade de execução ou se não passará de um segundo programa do Governo com objetivos meramente contabilísticos.

Por isso mesmo, a nosso ver, não devemos esperar pelo PTRR para dar resposta a situações que são urgentes. E ainda há bastante para se fazer, nomeadamente naquilo que diz respeito à proteção dos trabalhadores, porque um trabalhador sofre com o impacto direto das tempestades na sua casa, nos seus terrenos e nas suas deslocações; não pode ainda perder rendimento por uma ausência ao trabalho que não lhe pode ser imputável.

Ora, se estes trabalhadores podem ver as suas faltas justificadas, e bem, em consequência da calamidade, não devem ser as empresas a assumir estes custos. Porque se o Código do Trabalho permite que as faltas dos trabalhadores sejam justificadas em função da calamidade e desde que se consiga demonstrar a impossibilidade de prestação de trabalho, o Estado não pode transferir a responsabilidade pela continuidade do pagamento do salário para as empresas.

Isto porque as empresas, todas elas, as grandes, as médias, as pequenas e as microempresas, também foram atingidas pelas tempestades das últimas semanas, quer estejam ou não nos concelhos incluídos no âmbito do estado de calamidade. Como consequência disto, perderam atividade, receita, enfrentam atrasos, falhas logísticas e todas têm agora muita incerteza quanto ao futuro próximo, pelo que não faz sentido exigir a estas empresas que, ao mesmo tempo, suportem integralmente um encargo que resulta de uma emergência pública e que é reconhecida pelo próprio Estado.

A proteção social dos trabalhadores é uma função do Estado social e da segurança social. É para isto, para estas situações, que são pagas contribuições por parte dos trabalhadores e das empresas.

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Muito bem!

O Sr. **João Alves Ambrósio** (IL): — E é para isto que existem mecanismos públicos de resposta extraordinária. Transferir este encargo para as empresas não é só socialmente injusto, mas é também economicamente contraproducente.

O que nós exigimos, portanto, é uma resposta que consiga, simultaneamente, proteger o trabalhador e o posto de trabalho, sem, conseqüentemente, fragilizar a empresa.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, impunha-se que o Estado e o Governo declarassem a situação de calamidade, disso não temos dúvidas, mas agora impõe-se que o Estado seja conseqüente e assumas as conseqüências dessa declaração.

Assim, com este projeto de resolução, nós queremos, em primeiro lugar, proteger as pessoas, mas, logo de seguida, devemos ser capazes de preservar a atividade económica de forma a recuperarmos mais rapidamente desta tragédia. Porque ter uma economia capaz de superar rapidamente esta tragédia é a melhor das políticas sociais.

Aplausos da IL.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Almeida, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Os fenómenos meteorológicos que afetaram o nosso País nas últimas semanas foram violentos, foram sequenciais e foram devastadores.

Trouxeram consigo um rasto que, em primeiro lugar, tem de ser lembrado pelas vítimas que deixou e que, obviamente, merecem o nosso pesar e pelas famílias, que merecem o nosso apoio.

O País respondeu. Respondeu pelo Governo, respondeu pelas autarquias, respondeu pelas entidades públicas, respondeu pelos privados e respondeu, acima de tudo, pelas pessoas, pela sua generosidade, pela sua solidariedade, pela sua dedicação para com os seus concidadãos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não adianta muito estarmos agora, se somos apoiantes do Governo, a dizer que foi o Governo que fez mais; se somos de determinada autarquia, dizer que a nossa autarquia é que fez. Não é isso que os portugueses querem.

Agora, uma coisa vos digo: se o Governo não tivesse agido, e não tivesse agido rápido, este debate seria muito diferente daquilo que está a ser.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Certamente que ainda há muitas matérias para discutir, certamente que há, em cada uma das respostas, detalhes a afinar, há montantes que podem ser insuficientes, mas, Minhas Senhoras e Meus Senhores, nós sabemos o que é, neste País, falhar a sério numa circunstância destas. E quando se falha a sério numa circunstância destas, morrem mais de 100 pessoas. Infelizmente, vimos isto acontecer no nosso País há menos de 10 anos e sabemos bem ver a diferença.

Estes prejuízos verificaram-se relativamente às pessoas, desde logo às suas casas, às empresas, às instituições públicas, mas há uma área que foi especialmente afetada por todos estes fenómenos meteorológicos. Essa área é a área da agricultura...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... e são os agricultores que se dedicam todos os dias a essa atividade. E porquê? Afetou especialmente a agricultura, porque neste sector é ainda mais difícil avaliar os prejuízos. Há muitas culturas que, neste momento, ainda estão submersas. Há algumas que submergiram há pouco tempo. Há muitos tratamentos que tinham de ter sido feitos neste período e não puderam ser feitos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Por isso, tudo isto tem de ser avaliado e não consegue ser avaliado imediatamente.

Depois, fazer um seguro noutras áreas não é a mesma coisa que fazer um seguro na agricultura. Há muito menos respostas de seguros nesta área e, por outro lado, mesmo os seguros que existem têm, muitas vezes, um custo que é incomportável para quem tem a responsabilidade de gerir uma exploração agrícola. É também por isso que estes fenómenos são especialmente graves para a atividade agrícola.

Mas há também a questão territorial. Há muitas explorações agrícolas afetadas fora das zonas que normalmente associamos aos prejuízos destas intempéries, no Alentejo ou no distrito do Porto, por exemplo.

Portanto, a resposta tem de ser rápida e eficaz. O Governo foi rápido e robusto na resposta. Há, como disse, questões a afinar. Neste momento, já estão submetidos pedidos e declarações de prejuízos no valor de 429 milhões de euros por 7500 entidades nas cinco CCDR. É por isso que temos de atender ao território, temos de atender ao valor e temos de atender a quem pede estas ajudas.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pedimos que se pondere, na resposta na área da agricultura, fatores que são essenciais.

Em primeiro lugar, ponderarmos todas as intempéries e não apenas a *Kristin* ou alguma das tempestades em concreto, porque muitas das questões foram sequenciais e afetaram, por isso, as explorações agrícolas.

Em segundo lugar, a questão territorial: abranger todos os concelhos que tenham sido afetados, não apenas aqueles que estavam diretamente implicados. Por outro lado, uma questão que é muito importante para a agricultura: uma vez que estamos a falar do PEPAC e considerarmos que tem de ser afetada uma parcela acima de 30 % para que os prejuízos sejam pagos, que isto seja avaliado parcela a parcela e não pela totalidade da exploração agrícola.

Depois, há a questão dos tratamentos fitossanitários, autorizando que sejam feitos com a utilização de *drones*. Também nas medidas agroambientais, não serem os agricultores penalizados por aquelas que não possam ser cumpridas.

E depois a celeridade e a simplicidade: que estes processos sejam tão simples como foram noutras áreas. Os nossos agricultores merecem esta discriminação positiva, porque todos os dias trabalham para que o nosso País continue a ter autonomia alimentar, que também é essencial para continuarmos a ser um País autónomo.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Está inscrito, para uma intervenção pelo Grupo Parlamentar do Livre, o Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.^a Presidente, Caras e Caros Colegas, Caros Concidadãos nas galerias: Se há coisa que não devemos aceitar é que nos digam, ou que digamos a nós mesmos, que Portugal não tem uma cultura de prevenção, de proteção e de planeamento como se isso fosse uma fatalidade ou como se ela fosse desigualmente distribuída consoante os genes, as nações e as culturas. Não devemos aceitar isso nos nossos políticos, não devemos aceitar isso em nós mesmos, não devemos aceitar isso no debate público.

Portugal pode e deve ter uma cultura de prevenção, de proteção e de planeamento, porque ela se constrói e porque ela se procura, aliás, na nossa própria história.

O Estado moderno em Portugal foi feito, acima de tudo, em resposta a uma enorme catástrofe que marcou o seu tempo. O primeiro código antissísmico, o primeiro grande levantamento de danos de uma catástrofe, a própria configuração do Estado, que emergiu a seguir a 1755, provam que ao responder a uma catástrofe é possível não estar simplesmente à espera que não venha a acontecer pior; não ficar apenas à espera que seja uma condição do azar ou da sorte ou do céu ou das estrelas; não ficar apenas no lugar-comum a dizer que é preciso cuidar dos vivos e enterrar os mortos. É possível fazer muito mais do que isso para tornar uma sociedade desenvolvida, o que significa também ser capaz de responder a este tipo de catástrofes.

É preciso dar esta resposta, também, porque ela toca naquilo que há de mais fundo na vida das pessoas. E é nestes momentos que não se deve pensar que as injustiças relativas não doem mais fundo, porque quando vemos alguém que foi ajudado a recuperar da catástrofe e, ao lado, alguém que não teve os mesmos apoios, sabemos que aí vão aparecer as razões para os rancores e para os ressentimentos que, depois, serão aproveitados por aqueles que nada fizeram para prevenir a catástrofe, que nunca quiseram debater estes temas a sério e que depois vão, como abutres, procurar o sofrimento alheio para aí fazer valer o seu populismo e a sua demagogia.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Por isso, o Livre apresenta hoje projetos e junta-se a iniciativas que incidem naquilo que é essencial: salário, casa e escola, para começar.

No salário, é com muito gosto que nos associamos a apreciação parlamentar que, juntamente com o Partido Comunista Português e com o Bloco de Esquerda, trazemos a esta Casa sobre a questão do *lay-off* e do salário. Aliás, deixem agradecer, redobradamente, ao Bloco de Esquerda pela reserva deste ponto na ordem de trabalhos.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Srs. Deputados do PSD, a quem já ouvi várias vezes verberar esta iniciativa durante este debate, creio que esses protestos estão mal dirigidos e mal colocados. Porque, na verdade, o que se deveria era agradecer a este Parlamento por vos fazer o favor de ir buscar aquilo que foi anunciado e foi esquecido e que o Governo, que os Srs. e as Sr.^{as} Deputadas do PSD e do CDS, mais tarde ou mais cedo, vão agradecer também ao Governo por mudar de ideias, porque, evidentemente, é da mais elementar justiça que se preserve o salário todo de quem foi afetado por esta catástrofe.

Portanto, creio que aqui a atitude mais correta a ter é dizer que «estamos todos a remar para o mesmo lado. Obrigado por se lembrarem de trazer ao Parlamento aquilo que, como decreto, foi mal feito e ficou aquém do que tinha sido anunciado.» É assim, acho eu, que o País aprenderá a respeitar o Parlamento, e também o Executivo, na resposta à catástrofe.

Em segundo lugar, a casa, no nosso Projeto de Resolução n.º 634/XVII/1.^a

É importante que toda a gente que teve a sua habitação afetada pela catástrofe, esteja ou não diretamente num dos municípios para os quais foi declarada a calamidade, e sabemos, mais uma vez, que — aqui o Governo só pode agradecer porque, é graças aos alertas que foram sendo lançados, ainda hoje foi ampliada a lista de municípios afetados pela catástrofe — muitas vezes, à escala da freguesia, da aldeia, do lugar, da habitação em Portugal, as camadas da população mais vulneráveis têm, muitas vezes, técnicas construtivas muito antigas, muito ultrapassadas e muito inseguras.

É preciso agir aí para garantir que ninguém fique sem a sua casa e que ninguém fique a viver em condições indignas, desconfortáveis, de privação material. E para isso já existe dinheiro.

Quantas vezes nos ouviram, aqui, dizer ao Governo para, finalmente, regulamentar e implementar o dinheiro que já está reservado do Fundo de Emergência para a Habitação. Na altura, tivemos a presciência de incluir, entre os critérios de utilização do Fundo de Emergência para a Habitação, precisamente, a resposta perante eventos que são consequência das alterações climáticas como este aqui.

É só ir utilizar os cerca de 100 milhões de euros que se pode recolher num ano com o Fundo de Emergência para a Habitação, o imposto do selo, 25 % dele, na transação de imobiliário, para utilizar, para ir, neste momento, salvar gente que precisa dessa ajuda.

Em terceiro lugar, a escola, no nosso Projeto de Resolução n.º 633/XVII/1.^a

É preciso garantir uma escola segura, uma escola justa e uma escola que seja reconstruída ainda melhor do que aquilo que já está. Não só porque infraestruturas escolares foram afetadas também pelas intempéries, mas também porque, pela segunda vez em pouco tempo, temos uma geração escolar que é afetada por eventos que não se podiam prever da maneira como aconteceram, que atrasam as aprendizagens de muitos estudantes e que podem introduzir situações de injustiça relativa muito graves.

Pensem em quem não possa ter tido a preparação, porque não tem a casa com eletricidade, porque a escola sofreu com a intempérie, porque as férias tiveram de ser prolongadas e perderam dias, ou até semanas, de conteúdos letivos, quem a seguir vá fazer um exame de acesso à universidade e possa ser prejudicado nesse exame de acesso à universidade e possa ver a sua vida prejudicada, a partir daqui, por não termos sabido agir a tempo.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Eu tenho filhos!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Tem uma série, Sr. Deputado Pedro Frazão, devia pensar nisso. E eu espero que acompanhem o Livre nesta proposta.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Para quê?! É maçador!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É uma de várias que apresentámos aqui, e que, sim senhor, na altura, geraram protestos. Diz o Sr. Deputado Pedro Frazão: «É maçador!» Pois, também era maçador, na altura, fazer uma comissão parlamentar de inquérito sobre o apagão...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Depois não vão à comissão!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... porque não queriam aprender nada, porque não gostam de aprender nada e porque consideraram que era um *fait-divers* e votaram contra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não aparecem lá! Faltam às comissões!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Se tivessem aprendido com o apagão, hoje, talvez já não estivéssemos aqui em relação aos *kits* de emergência, aos alertas à população, que salvam vidas. Mas, aí, os Srs. Deputados não se preocupavam. Temos listas e listas de medidas...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Faltam às comissões!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Aparecemos, Sr. Deputado, sabe? Aparecemos, não levamos câmaras atrás, não pomos chuva artificial nos vídeos e, acima de tudo, não vimos para aqui falar de agricultura, não sabendo sequer distinguir entre uma forquilha e um ancinho, que é o que acontece com o seu líder. Portanto, não venha dar lições sobre presença no terreno.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Faltam às comissões!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — O fio condutor de todas estas iniciativas é saber estar a tempo no apoio às populações...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Faltam às comissões!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... e é, sim, também saber reconhecer de onde vêm estas catástrofes; é, sim, saber que vivemos uma crise ecológica e que ela afeta já o nosso País e vai afetar mais ainda.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Vocês sabem é da foice!

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — E do martelo!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — O pior resultado presidencial de sempre!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Podem protestar, Srs. Deputados, mas onde nós vos vemos, depois, é com semanas ou meses de atraso a virem atrás de iniciativas que o Livre tomou aqui antes, como hoje ouvimos na 1.^a Comissão, elogiar iniciativas que não reconheciam aqui há um ano, quando o Livre as apresentou.

Protestos do CH.

Mais valia abrirem os olhos e perceberem que o País não se reconhece nesse tipo de política,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Pior resultado presidencial de sempre!

O Sr. **Rui Tavares** (L): —... que o País fica profundamente triste quando, a seguir ao sofrimento das populações, o que vê é um aproveitamento absolutamente soez de uma política demagógica e populista...

Vozes do CH: — Oh!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... que não reconhece que todos, trabalhando em conjunto, podemos fazer mais.

Aplausos do L.

Protestos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Terminada esta primeira fase de intervenções para apresentação de iniciativas legislativas, vamos agora passar...

Sr. Deputado Pedro Pinto, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr.^a Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sobre a condução dos trabalhos?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sobre a condução dos trabalhos, muito rapidamente.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — É porque se é um protesto, era bom que se seguisse o exemplo do Sr. Deputado João Almeida, que mostrou hoje que conhece bem o Regimento.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não, não é um protesto, apesar de as declarações do Deputado Rui Tavares serem sempre merecedoras de protesto, mas não é isso.

É uma interpelação à Mesa apenas para que a Mesa fizesse os bons ofícios de entregar o número de vezes que os Deputados do Livre faltaram à comissão de inquérito das gémeas, por exemplo, porque faltaram dezenas de vezes a essa comissão de inquérito.

Aplausos do CH.

Protestos do L.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado, o número de vezes que alguém faltou a uma comissão de inquérito não é propriamente matéria que esteja agora em debate, não é verdade?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É, é!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Mas, enfim, está feita a interpelação. Antes das interpelações serem feitas, não se pode avaliar o seu conteúdo. Está feito e registado. Vamos para diante.

Temos inscrito, para uma intervenção, o Sr. Deputado Paulo Seco, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Faltam ao INEM!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora, faltam ao INEM!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Quanto é que gastaram na comissão das gémeas, que faz falta agora?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Querem 4 dias de trabalho!

Pausa.

Srs. Deputados das várias bancadas, vamos, por favor, criar condições para continuar o debate. Sr. Deputado Paulo Seco, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, subo hoje a esta tribuna com um propósito muito claro, de quem tem visto ao longo de décadas o seu distrito de Coimbra afogado em desleixo, incompetência e caído no esquecimento governativo.

As tempestades que nos assolaram recentemente deixaram um rasto de morte e destruição que ninguém pode ignorar: três mortos, três famílias destruídas, três nomes que devem pesar na vossa consciência, ou seja, de quem falhou.

O Vale do Mondego virou um mar de lama, diques rebentados, campos de agrícolas arrasados, viveiros com milhões de euros perdidos, casas inundadas, empresas destruídas e, pior do que isso, em muitos casos, acima de tudo, a perda de esperança. Prejuízos pessoais, sociais, empresariais e agrícolas que saltam à vista de nós todos.

Mas, Sr.^{as} Srs. Deputados, o pior dos cenários é bem visível, quer para as pessoas, quer para o tecido empresarial. Cerca de uma centena de estradas rodoviárias destruídas embora só se fale, apenas e só, na autoestrada A1.

E sabem qual é a maior preocupação dos vossos autarcas? Não há qualquer data nem previsão para a reparação das mesmas — zero! Absoluto desleixo. Esta é a mensagem que os autarcas, com quem eu reuni, vos enviam diretamente para a Assembleia da República.

Não posso deixar de prestar homenagem pública aos presidentes das câmaras municipais de Coimbra, Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Condeixa-a-Nova, Penela e Soure, que estiveram 24 horas por dia no terreno, a coordenar, a apoiar, a salvar vidas e, sobretudo, bens.

De ressaltar, também, a competência e o desempenho exemplar do comandante sub-regional de Emergência e Proteção Civil, um homem de honra, que honra o cargo onde muitos outros falharam. A todas as forças envolvidas no terreno, desde bombeiros, proteção civil, forças de segurança, militares e voluntários, o meu respeito e gratidão.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — E sabem por que faço estes agradecimentos? Porque foi a nossa prioridade estar junto às pessoas, elas são a nossa gente. Enquanto outros Deputados preferiram ficar em Lisboa e dizer que era cedo demais, outros há que, no momento crítico, estiveram no terreno. Pois é, para uns será sempre cedo demais, mas isso, a curto prazo, irá ter o seu custo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — Chegou a hora de anteriores governantes e de o atual Governo deixarem os comunicados e as palavras ocas, assumirem as vossas responsabilidades de inoperância e irresponsabilidade e um bom exemplo do que afirmo, é a própria demissão da Ministra da Administração Interna.

Para que seja do conhecimento público, cerca de 31 milhões de euros são pagos, todos os anos, pelas celulosas do distrito em impostos, taxas e taxinhas. Quanto reverte para o distrito de Coimbra? Zero.

Anos de avisos ignorados sobre o sistema hidráulico do Mondego,...

Protestos do Deputado do PSD Ricardo Carvalho.

... anos sem obras de manutenção nos diques, anos e anos de promessas vazias. Foi este o resultado: morte, ruína e, sobretudo, abandono.

O distrito de Coimbra não é uma terra de segunda escolha. Não olhem só para nós pelos monumentos históricos, olhem, principalmente, para os homens e para as mulheres que, durante séculos, também eles, construíram com mestria e sabedoria o que é exatamente o País, Portugal. Um bem-haja a todos.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Catarina Louro, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A Sr.^a **Catarina Louro** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Foco-me, também, na área económica e talvez pudéssemos começar por um número que, na verdade, nesta altura, ainda é uma estimativa nebulosa: 6 mil milhões de euros de prejuízos só na região centro.

Esses prejuízos são aquilo que vamos conseguir contabilizar, mais tarde ou mais cedo, mas os impactos, esses, são muito maiores e são ainda incalculáveis.

Portanto, as perguntas que também devem acompanhar este debate são: quem é que está a avaliar, de facto, os impactos?

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Ai, por favor!

A Sr.^a **Catarina Louro** (PS): — Quem é que está a avaliar as consequências, inclusive no PIB (produto interno bruto) regional e nacional? E quem é que está a projetar os efeitos nos indicadores económicos dos próximos anos? Nos rendimentos das famílias? Na retenção de talento e na atração de investimento?

Vozes do PS: — Bem lembrado!

A Sr.^a **Catarina Louro** (PS): — Porque não nos podemos esquecer de que são horas de produção que não aconteceram, são contratos que não se cumpriram, são clientes que se perderam e são cadeias de abastecimento interrompidas.

E podemos dar o exemplo de uma qualquer indústria, na Alemanha, de viaturas que dependem, muitas das vezes, de componentes produzidos na Marinha Grande, em Leiria ou em Pombal. Se os componentes não chegam, a linha pára; a linha pára, há penalizações.

O que vemos, na região centro, são empresas, desde o dia 28 de janeiro, a tentar contrariar esta realidade pagando 30 000 € por dia para manter geradores ligados, sem qualquer apoio do Governo, manter unidades produtivas a operar muito abaixo da sua capacidade, assegurando os custos máximos como se estivessem a laborar em pleno. Portanto, vemos empresas a arriscar tudo diariamente para se manterem no mercado.

Mas também sabemos, infelizmente, hoje em dia, que quando falha a energia, quando falham as telecomunicações, falha a economia. E apesar de todo o esforço empresarial que reconhecemos, a verdade é que quando a economia falha, temos aqui um verdadeiro problema nacional e não um problema regional, como alguns nos querem fazer querer. Porque um problema nacional compromete o futuro de todos, não só o dos leirienses como de cada português.

Há aqui um princípio que deve ser inequívoco e acho que devemos estar todos de acordo, é que não podem ser as pessoas, as empresas, isoladamente, nas regiões afetadas, que vão pagar a fatura das tempestades.

Foram várias as vias que ficaram intransitáveis ou condicionadas e a isenção temporária das portagens é, por isso, uma medida essencial, que garante a mobilidade alternativa quando as estradas principais estão comprometidas e, claro, reduz os custos logísticos das empresas que já estão pressionadas.

Aplausos do PS.

Depois, devemos reter e devemos proteger a mão-de-obra, que é vital para a estabilidade económica e, por isso, defendemos o *lay-off* simplificado a 100 %, porque garante, de facto, a totalidade dos rendimentos dos trabalhadores.

Defendemos, ainda, o reforço das subvenções a fundo perdido e, claro, ajustadas à maturidade das empresas, ao seu desempenho. E isto porquê? Porque estamos a falar de empresas que se vão reconstruir do zero, mas são empresas consolidadas, têm 20, 30, 40 anos com todos os custos estruturados a que a isso estão associados.

Mas, sejamos claros, não queremos um penso rápido, queremos um *upgrade* estrutural.

Queremos deixar as empresas mais fortes, mais modernas, mais resilientes e mais verdes, um *upgrade* com uma total transparência, e daí precisarmos também de indicadores claros e dados desagregados.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, neste momento, a questão já não é saber quanto custa, mas quanto vai custar, durante as próximas gerações, se não estivermos à altura desta situação.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra, para uma intervenção pelo Grupo Parlamentar do PSD, o Sr. Deputado Ricardo Carvalho. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: «Sem saber o que fazer ou a quem recorrer, aparece prontamente o apoio que nos veio tranquilizar. Ajudar a pensar com calma sobre como proceder, sem baixar os braços, pois financeiramente estávamos salvaguardados. Os nossos salários ficaram garantidos e pudemos respirar no meio do sufoco em que nos encontrávamos. Foi uma operação fácil e rápida e, em três ou quatro dias, tínhamos o dinheiro na conta.» O que acabei de ler é um testemunho real de uma pessoa do País real com rosto e nome.

Protestos do PS.

Chama-se Carlos Santos, é sócio-gerente de uma empresa de Leiria.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh, é o Carlos Santos Silva, o do Sócrates!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — E o que o Carlos Santos nos diz é aquilo que verdadeiramente nos interessa: rapidez, liquidez e salários garantidos.

Gostemos ou não, porque não somos empresários, somos Deputados, as linhas de apoio já permitem disponibilizar 750 milhões de euros que apoiaram 3300 empresas nas regiões afetadas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Estamos a falar de apoio à tesouraria e apoio à reconstrução. Estes números mudam todos os dias e não param de aumentar, mas o Governo está aqui e está junto dos empresários. Ainda hoje, foi anunciado mais um reforço de 1000 milhões de euros de linhas de apoio à reconstrução das zonas afetadas, com uma nova linha de maturidade de 20 anos. As três linhas já representam 1 % do nosso PIB.

Não são números, caros Deputados; são pessoas, são empresas e são vidas. Já há também mais de 2600 trabalhadores abrangidos pelo *lay-off* simplificado. O volume global das medidas ascende a mais de 4000 milhões de euros, tendo, entretanto, as linhas de reconstrução sido reforçadas para 3000 milhões de euros.

No plano concreto, hoje falámos aqui de muita coisa, mas esquecemo-nos das medidas que estão a ser implementadas e estão no terreno: linha de crédito de 500 milhões de euros para tesouraria, com carência de 12 meses, reforçada em mais 500 milhões de euros, 1000 milhões de euros de apoio à tesouraria; linha de crédito de 1000 milhões de euros para reconstrução empresarial, com 36 meses de carência — e, sim, há apoios a fundos perdidos, 10 %, em função da manutenção de postos de trabalho e da atividade empresarial; moratória de 90 dias de créditos das empresas, com possibilidade de prorrogação por mais 120 dias; isenção ou redução de contribuições para a Segurança Social até 6 meses — 7300 pedidos; *lay-off* simplificado por 3 meses — e, Srs. Deputados, pagar 100 % do *lay-off* não é pagar 100 % do salário;...

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — ... incentivos à manutenção dos postos de trabalho e apoio aos trabalhadores independentes — 5700 pedidos; plano extraordinário de qualificação e formação profissional. E muito se tem falado aqui de apoio a fundos perdidos. Ele existe, com responsabilidade, com equilíbrio, com equidade, que se exige a todos os empresários e a todos os contribuintes.

Importa ainda destacar as linhas IFIC (Instrumento Financeiro para a Inovação e Competitividade), através das quais as empresas têm subvenções, também a fundo perdido — 900 milhões de euros. E este Governo reforçou estas mesmas linhas em 150 milhões no IFIC à reconstrução. Apoios, sim, a pensar na competitividade

e na resiliência das nossas empresas, mas também naquelas que precisam de ser reconstruídas e voltar a laborar o mais rapidamente possível.

Hoje, temo-nos esquecido daquilo que o Governo apresentou, o PTRR — Plano de Transformação, Recuperação e Resiliência, assente em três prioridades: recuperar, reforçar e transformar, que muito tem sido criticado por todos os grupos parlamentares, mas, Srs. Deputados, façam os vossos contributos, façam chegar as vossas propostas ao Governo. O Governo está de braços abertos à espera desses mesmos contributos e que estejamos todos juntos a resolver os problemas do País.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Recuperar rapidamente empresas e infraestruturas, reforçar a resiliência nacional, transformar o País com mais competitividade, menos burocracia e maior coesão territorial. Não se trata apenas de reconstruir, trata-se de reconstruir melhor, com execução rápida e responsabilidade nas contas públicas.

A prioridade é clara: proteger as empresas, proteger o emprego e garantir que nenhuma região fica para trás, que nenhuma pessoa fica para trás, que ninguém fica para trás.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado tem três pedidos de esclarecimento e informou a Mesa de que responderá, em conjunto, aos três pedidos.

Portanto, vamos passar ao primeiro pedido de esclarecimento, do Sr. Deputado Alfredo Maia, do Grupo Parlamentar do PCP. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Ricardo Carvalho, a pergunta faz-se de modo simples, direto e concreto: o PSD acompanha a proposta do PCP para garantir o salário mensal ilícido?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Palmas, palmas!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O segundo pedido de esclarecimento é do Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda. Faça favor.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Ricardo Carvalho, quero cumprimentá-lo pela sua intervenção, mas a mesma, no entanto, deixou-me perplexo, porque o Sr. Deputado tem uma frase curiosa que é: «Pagar *lay-off* a 100 % não é pagar 100 % do salário».

O decreto-lei do Governo que V. Ex.^a apoia — que é para nos situarmos de uma vez por todas e deixar de enganar a comunicação social — define o seguinte: nos primeiros dois meses, a Segurança Social cobre 80 %, a entidade patronal cobre 20 %, mas não é sobre 100 % do salário.

Protestos do Deputado do PSD Ricardo Carvalho.

É com um corte de um terço, remetendo para o Código do Trabalho.

A S.^a **Isaura Morais** (PSD): — Claro!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isto não significa, felizmente, pagar 100 % do *lay-off*. A Segurança Social paga 80 %. Volvidos dois meses, conforme está no decreto-lei — que tem a obrigação de conhecer —, a Segurança Social paga 70 %, a entidade patronal paga 30 %, mas nunca paga 100 % do salário!

A S.^a **Isaura Morais** (PSD): — Claro!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Paga dois terços do salário, a partir do salário mínimo. Isto para ver se nos entendemos.

Agora, há um problema, e era bom que o Sr. Deputado esclarecesse: porque é que, no dia 2 de fevereiro, garantiu, textualmente, que pagavam 100 % da remuneração líquida, até 3 salários mínimos, Sr. Deputado? Essa é que é a dúvida e é esse o esclarecimento que esta Câmara, hoje, tem o direito de ouvir.

Segunda pergunta, Sr. Deputado: os números ganham sempre uma autonomia bastante curiosa quando discutimos grandes envelopes financeiros. Até ao início deste debate, o PSD quantificava as medidas de resposta em 2,5 mil milhões de euros.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Já ultrapassou!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — O Sr. Deputado, entretanto, quase duplicou a medida, já vamos em 4000 milhões de euros.

Portanto, quero perguntar ao Sr. Deputado qual é que é a ordem de grandeza certa, se são os 2,5 mil milhões de euros que andaram a repetir até esta hora, se são os 4000 milhões de euros que o Sr. Deputado introduziu no debate.

É que é muito importante, quando, depois, formos debater a norma-travão e outros instrumentos, que vão aumentar a despesa do Estado,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Aaah!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... saber se estamos a falar de 2,5 ou dos seus 4000 milhões de euros.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para o terceiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Fernandes, do Grupo Parlamentar do Chega. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Luís Paulo Fernandes** (CH): — Sr.ª Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr. Deputado Ricardo Carvalho, não sei de que região é que o senhor estava a falar. Como eleito pelo distrito de Leiria, como o Sr. Ricardo Carvalho, digo-lhe que a nossa região foi devastada e os portugueses dos distritos de Leiria e de Coimbra queixam-se de não receber, sequer, os apoios à habitação. Não sei qual é a região de que o Sr. Deputado fala.

Também escutei a Sr.ª Deputada Catarina Louro, do Partido Socialista, a pedir apoios a fundo perdido para as empresas e não sei do que é que os Srs. Deputados falam. Não consigo entender, e nós, no partido Chega, não conseguimos entender. Há três ou quatro horas, na Comissão de Ambiente e Energia, os senhores do Partido Socialista e do Partido Social Democrata votaram propostas contra o apoio ao combustível dos geradores — é que ainda há famílias e empresas quase sem dinheiro para os geradores. Votaram contra, votaram contra, os senhores!

Aplausos do CH.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Não é verdade! Não é verdade!

O Sr. **Luís Paulo Fernandes** (CH): — Votaram contra propostas, até da Iniciativa Liberal, para apoio a fundo perdido e isenção de IMI. Votaram contra, digam a verdade!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Não votámos contra! É preciso ter lata!

O Sr. **Luís Paulo Fernandes** (CH): — Votaram contra há quatro horas e, depois, vêm aqui enganar os portugueses, dizer que andam a propor o quê? O que é que vocês andam a propor? O que é que vocês andam a propor, afinal? Digam a verdade! Digam a verdade!

Aplausos do CH.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — É preciso uma lata!

O Sr. **Luís Paulo Fernandes** (CH): — O Partido Social Democrata, partido do Governo, o Ministro da Presidência, no Orçamento do Estado de 2018, o que é que disse? «Com que cara querem cobrar impostos pelas sisas que lá ficaram?»

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem! Bem lembrado!

O Sr. **Luís Paulo Fernandes** (CH): — Deputado Leitão Amaro, Ministro da Presidência, hoje, com que cara é que os senhores não votam o nosso projeto para isentar o IMI? É a mesma cara e a mesma palavra de honra que os senhores vão provar se têm, ou não têm, votando o nosso projeto de lei.

Aplausos do CH.

Uma palavra para os quartéis de bombeiros de Pedrógão Grande, Condeixa, Penela, Leiria, que estão devastados, com os bombeiros a dormir em tendas, e para o Destacamento de Intervenção da GNR (Guarda Nacional Republicana) de Leiria, que não tem condições de se fardar, não tem condições...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Carvalho, que dispõe de até 3 minutos. Faça favor.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Sr.^a Presidente, agradeço as questões dos Srs. Deputados e vou ser telegráfico nas respostas.

Sr. Deputado Fabian Figueiredo, hoje mesmo, horas antes deste debate, o Banco de Fomento anunciou mais uma linha de 1000 milhões de euros, com uma maturidade de 20 anos, para apoiar a reconstrução das empresas. Se somarmos 500 milhões de euros no apoio à tesouraria, com 1000 milhões, sim, as ajudas são 4000 milhões de euros.

O Sr. **Luís Paulo Fernandes** (CH): — É só empréstimos!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Quanto a isso, estamos conversados, Sr. Deputado.

Relativamente ao *lay-off*, volto a dizer, o normal do *lay-off* é 70 %-30 %. O Governo optou por 80 %-20 %. Quanto a nós, parece-nos uma medida justa e equitativa.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É um terço! Onde é que põe os 100 %?! Explique lá os 100 %, se faz favor!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — O que disse da tribuna foi, basicamente, que apoiamos 100 % do *lay-off*, não 100 % do salário.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Não, não foi!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Sr. Deputado, a medida do Governo é justa e equilibrada, e acompanhamos a medida do Governo.

Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

Se os senhores, com a irresponsabilidade que vos é característica, querem governar a partir da Assembleia da República, os senhores terão de ser responsáveis por essas mesmas opções.

Sr. Deputado, relativamente a Leiria e ao distrito de Leiria, estando nós no Parlamento, gostava de lhe dar uma nota, e fica com esse número: no que diz respeito a apoios por parte do Banco de Fomento às empresas, 50 % das ajudas são direcionadas ao distrito de Leiria.

Neste momento, 50 % dessa mesma linha, cerca de 570 milhões de euros, são de apoio a empresas do distrito de Leiria.

O Sr. **Luís Paulo Fernandes** (CH): — São empréstimos!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Isso não são empréstimos, Sr. Deputado. E se os empréstimos não servissem aos empresários, convém ir ao terreno e falar com os empresários,...

O Sr. **Luís Paulo Fernandes** (CH): — Muito mais do que o Sr. Deputado!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — ... não tínhamos excedido o montante disponível da linha e não teríamos de ter apoiado essa mesma linha.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Paulo Núncio, do Grupo Parlamentar do CDS. Faça favor.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Assistimos hoje a uma encenação montada pelos partidos da oposição.

Sejamos claros, não acredito que exista um Deputado nesta Câmara que não conheça o artigo 167.º da Constituição, a norma-travão. Mas para aqueles mais esquecidos, recordo que o artigo 167.º da Constituição estabelece, expressamente, que um grupo parlamentar ou um Deputado não podem apresentar uma proposta que envolva, no ano económico em curso, uma redução de receita ou um aumento de despesa do Estado previstas no Orçamento. E esta norma já foi analisada e apreciada pelo Tribunal Constitucional, precisamente num caso muito similar àquele que temos neste debate.

O Tribunal Constitucional, em 2021, decidiu duas coisas muito importantes. A primeira é que a norma-travão também se aplica às apreciações parlamentares e a segunda é que a violação da norma-travão implica a nulidade da lei que tenha sido aprovada no Parlamento. Ou seja, os Srs. Deputados da oposição estão a tentar enganar os portugueses com propostas que são, e que sabem que são, manifestamente inconstitucionais,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Basta ler!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... e isso, Srs. Deputados, tem nome: é demagogia, é populismo e é pura e simplesmente inaceitável.

E daquilo que o País menos precisa, neste momento, é de ter uma querela constitucional. Por isso, deixo um último apelo: Srs. Deputados, deixem de enganar o povo,...

Protestos do PCP.

... respeitem a Constituição e deixem o Governo governar.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Nuno Fazenda, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Faça favor.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Governo falhou na prevenção e nas respostas de urgência aos portugueses e está novamente a falhar naquelas que são as respostas para a recuperação e resiliência. As medidas ficam aquém das necessidades.

O Governo apresentou, agora, um plano chamado PTRR, e quem analisa esse plano, o que observa é um plano sem estratégia, sem prioridades, sem orçamento, sem calendário. É um plano vazio que apresentou para os portugueses.

Mas mais ainda: aquilo que o Governo se propõe a fazer é, agora, desenvolver esse plano para transformar o País para a sua recuperação e resiliência em 30 dias. Ora, o que isto revela é um profundo desconhecimento do que é planeamento sério num país normal. Revela também um profundo desconhecimento dos planos já existentes em Portugal. Sim, o País já dispõe de vários planos e vários instrumentos em áreas críticas, precisamente para a resiliência e para a competitividade do País. É o caso do Programa Nacional de Investimentos, é o caso do Plano Nacional de Água 2030, é o caso do Portugal 2030, é o caso da Estratégia Nacional de Emergência e Proteção Civil para 2030. E o que estes planos têm em comum é o seguinte: foram feitos com tempo, com ciência, com envolvimento de atores, das empresas, da academia e das empresas, e esses planos é que têm de ser concretizados.

Aplausos do PS.

Mas, para além desses planos que têm de ser concretizados, que o Governo tem de concretizar e que assumiu para si próprio, tem também de avançar com as medidas prioritárias, com medidas que inscreveu, mas que estão aquém das necessidades. Por isso mesmo, o Partido Socialista apresentou neste Parlamento dois projetos de resolução com várias medidas no domínio da agricultura, das empresas, da habitação, das infraestruturas e que este Parlamento aprovou. Por isso, sim, nós já apresentámos propostas, e compete ao Governo acolher as propostas da Assembleia da República para avançar. É isso que importa fazer.

Para além das propostas que têm de ser feitas e que têm de ser concretas, referiu-se aqui o apoio às empresas, mas aquilo que o Governo está a dar às empresas que foram devastadas não são apoios concretos, é dívida, é dizer, «para quem teve uma empresa devastada, aqui tem dívida e aqui tem empréstimo». Ora, isso não são apoios concretos. Tem de haver apoios a fundo perdido.

O Sr. **Luís Paulo Fernandes** (CH): — Mas vocês votaram contra!

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Mas, para além dos apoios, há também outra coisa que o Governo tem de fazer: é resolver os problemas que estão no terreno. E um dos problemas que está no terreno, para vos dar um exemplo, é precisamente na Beira Baixa. Sim, há mais vida no País do que a A1.

Nós temos, desde o dia 11 de fevereiro, a linha da Beira Baixa interrompida. Convinha que alguém dessa bancada que apoia o Governo, informasse que existe Beira Baixa, que a linha está interrompida, que não há nenhum transporte alternativo, que não há nenhum transporte de transbordo e não há sequer nenhuma máquina naquele território.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — O Luís Neves sabe. Ele é de lá!

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Ora, há mais País para além da A1 e, por isso, era importante que as bancadas que o apoiam lembrassem o Governo da necessidade de olhar também para a Beira Baixa.

Aplausos do PS.

Por fim, há que cumprir. O Governo tem de cumprir aqueles que são os compromissos do Estado.

Em 2022, tivemos os incêndios na serra da Estrela. A região fez um plano para a revitalização da serra da Estrela, que está há 2 anos na gaveta. Em 2025, no ano passado, tivemos os incêndios. Os apoios estão para chegar à região, mas estão também a tardar.

Por isso, o que o Governo tem de fazer, mais do que planos e mais do que conversa, é concretizar planos, projetos e obras no terreno, e isso nós não estamos a verificar.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — A Mesa não tem inscrições e, portanto, peço às direções das bancadas que decidam se pretendem usar os tempos remanescentes ou se passamos ao encerramento.

Pausa.

Decidir é agora.

Pausa.

Bom, parece que passamos ao encerramento.

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Rijo, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Pausa.

Sr. Deputado Pedro Pinto, pede a palavra para que efeito? Uma interpelação à Mesa, Sr. Deputado?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sim, Sr.^a Presidente. Pela boa condução dos trabalhos e até pela boa prática parlamentar, acho que não faz sentido o Partido Socialista ter duas intervenções seguidas. Portanto, inscrevemos o Deputado Eliseu Neves para ter agora a intervenção.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Concordo que faz pouco sentido, a questão é que não tínhamos nenhuma outra intervenção. Se o Sr. Deputado inscreve um Sr. Deputado da sua bancada, com certeza, vamos fazer intervenções alternadas.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Cordialidade que o PS não tem conosco!...

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Eliseu Neves, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — Cumprimento a Sr.^a Presidente, as Sr.^{as} e os Srs. Deputados. Desde o início deste ano, Portugal foi duramente atingido pela tempestade *Kristin* e pelas pressões atlânticas que se seguiram.

As minhas palavras não podiam ser outras senão de solidariedade para com todas as vítimas, civis, militares, mas também para com todos os que trabalham a terra, os agricultores que hoje se veem com possíveis sementeiras em risco, provocando-lhes dezenas de milhares de euros de prejuízos.

Nesta intempérie houve vítimas mortais, centenas de feridos, famílias desalojadas, habitações destruídas, infraestruturas danificadas e milhares de portugueses deixados dias e dias sem eletricidade e sem serviços essenciais.

Um rasto de destruição deixado por esta tempestade.

Perante este cenário, houve quem nunca falhasse: os bombeiros, as forças de segurança, os militares das Forças Armadas, os operacionais da Proteção Civil, os trabalhadores das autarquias, os técnicos no terreno, os voluntários. Homens e mulheres que estiveram sempre na linha da frente, em condições extremas, muitas vezes com risco pessoal, com desgaste físico e emocional acumulado.

O Chega começa por dizer o seguinte: quem arrisca a vida para salvar vidas e proteger o País merece reconhecimento. Isso é indiscutível.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — Mas também dizemos que o reconhecimento não pode ser episódico, ou casuístico, e decidido apenas quando a pressão mediática aperta. O problema de fundo é outro. Estes profissionais vivem há anos com carreiras desvalorizadas,...

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — ... suplementos insuficientes e condições muitas vezes indignas.

Perguntamos: onde esteve a preocupação estrutural com os bombeiros, com as forças de segurança e com os militares nos últimos anos? Onde esteve a coragem política para rever carreiras, reforçar meios e garantir remunerações compatíveis com o risco permanente que enfrentam?

Criaram bónus extraordinários, o que pode ser um sinal positivo, mas isso não pode servir para substituir aquilo que é essencial, que é a valorização permanente, o respeito institucional e o investimento sério na proteção civil e na segurança interna. O País não pode funcionar à base de remendos legislativos sempre que há uma calamidade.

O Chega defende que quem serve Portugal em situações de emergência deve ter um reconhecimento efetivo, não apenas quando há tragédias, mas todos os dias no exercício da sua função.

Estaremos disponíveis para discutir esta proposta com sentido de responsabilidade, mas não aceitaremos que uma necessidade estrutural se transforme numa medida avulsa para aliviar consciências.

Portugal precisa de um Estado forte, precisa de autoridade, precisa de respeito e de reconhecimento por quem veste uma farda ou trabalha no terreno. Isso faz-se com políticas conscientes e não apenas com bónus extraordinários.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, está inscrito o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal. Faça favor.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Todos concordamos que as tempestades passaram, mas a verdade é que, para muitos agricultores, a tempestade ainda não acabou. O vento levou as estufas, a chuva inundou os campos, foram árvores arrancadas, vinhas devastadas, culturas perdidas. Anos de trabalho, de investimento, de risco, de suor, tudo destruído.

Mas há uma coisa que a tempestade não pode nunca levar aos agricultores: é a esperança, a esperança de que os agricultores não serão abandonados, a esperança de que estaremos ao lado deles, porque eles sempre estiveram ao nosso lado. A tempestade não pode levar a esperança de que hoje conseguiremos ajudar os agricultores para que, amanhã, continue a haver lavoura.

Srs. Deputados, isto não pode dividir esquerda e direita. Não existe esquerda e direita quando milhares de hectares ficaram alagados. Não existe esquerda e direita quando terrenos férteis ficaram improdutivos durante anos. Não existe esquerda e direita quando o agricultor que todos os dias nos alimenta se pergunta se vale a pena voltar a semear.

Aos agricultores quero deixar uma mensagem simples e clara: vocês não serão abandonados, Portugal não vos vira as costas.

Na passada semana, apresentámos um plano de auxílio. Hoje, estaremos ao lado de todas as propostas que ajudem verdadeiramente os agricultores, venham elas de que partido vierem. Votaremos favoravelmente todas as medidas que reforcem esse apoio.

A todos os agricultores, uma palavra de esperança: depois da tempestade, virá a bonança. E Portugal não falhará, porque não pode falhar, aos seus agricultores.

Aplausos da IL.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Está inscrito para uma intervenção, agora sim — peço desculpa, porque há bocado lhe dei a palavra e depois emendámos a ordem das intervenções —, o Sr. Deputado André Rijo. Tem a palavra.

O Sr. **André Rijo** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: É relativamente consensual que o Governo pifou na resposta à emergência de proteção civil.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não sei se pode usar essa expressão. Tem de perguntar ao Pedro Delgado Alves!

O Sr. **André Rijo** (PS): — Vamos esperar, trabalhar e desejar que não pife naquela que é a resposta à reconstrução e à necessidade de reconstrução de que o País precisa.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Muito bem!

O Sr. **André Rijo** (PS): — Foram aprovados nesta Assembleia da República, na passada sexta-feira, dois projetos de resolução apresentados pelo Partido Socialista, os Projetos de Resolução n.ºs 606 e 613/XVII/1.^a, com os votos contra dos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP.

Felizmente, o despacho ontem publicado ao final da tarde veio dar razão aos partidos que votaram a favor destes projetos de resolução, da iniciativa do Partido Socialista, e felizmente que o Governo fez orelhas moucas daquela que foi a posição dos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS.

Aplausos do PS.

Contudo, o projeto de resolução não se esgota no alargamento do estado de calamidade e da situação de calamidade. O projeto de resolução veio trazer à colação uma necessidade imperiosa que, neste momento, o País, e as suas autarquias locais, tem.

Os autarcas estão desesperados com falta de meios e capacidade de reagir com celeridade àquilo que se impõe. Obviamente que os cidadãos, por muito compreensivos que sejam, vão exigir do seu autarca que lhes garanta condições de circulação para a sua casa. Vão exigir do seu autarca que as redes de abastecimento de água sejam repostas e que não haja problemas no abastecimento público de água.

Vão exigir do seu autarca, naturalmente, não sendo esta completamente uma competência das autarquias, que também a energia elétrica seja reposta, sem a necessidade de geradores.

Para isso tudo, são precisos meios, são precisos recursos. É preciso que o Governo, desde já, possa reforçar, como sugerimos no nosso projeto de resolução, o Fundo de Emergência Municipal.

É necessário também que não se espere por um PTRR — que não se sabe muito bem, depois da discussão pública, quanto tempo mais vai ainda demorar e quanto dinheiro terá — para que haja a capacidade de se criar um fundo financeiro, para que haja uma comparticipação de 85 % a fundo perdido para a recuperação de infraestruturas municipais e para que os 15 % possam ser excecionados do limite de endividamento municipal.

Para dar um exemplo concreto, só no distrito de Lisboa, tive a oportunidade de verificar que nove municípios já tiveram oportunidade de reportar prejuízos verificados com as tempestades. São já mais de 130 milhões de euros de reporte de prejuízos verificados nestas últimas semanas.

Por isso, é necessário celeridade nas capacidades e ferramentas de que os autarcas precisam para rapidamente contratar empresas e empreiteiros que façam o trabalho de reposição das condições de normalidade. É importante que isso se faça, não à conta das receitas próprias municipais, mas sim reforçando as capacidades de intervenção dos municípios. É isso que os autarcas esperam e é isso que os autarcas exigem. Não é só elogiar o trabalho dos autarcas na resposta à crise de emergência e proteção civil; é dar condições para que os autarcas façam aquilo que é preciso fazer agora, e que é tão importante, na reconstrução do País.

Aplausos do PS.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isaura Morais.

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Portugal sofreu, ao longo das últimas semanas, um dos mais longos e difíceis períodos de instabilidade climática que já se fizeram sentir. Deixando um rasto de devastação, a noite de 28 de janeiro ficou marcada por ventos superiores a 200 km/hora, que provocaram mortes, feridos, destruição e deixaram milhares de lares sem eletricidade e comunicações, com um impacto sem precedentes.

Os portugueses sentiram, desde esse dia, nos territórios, a força da devastação das sucessivas tempestades que assolaram o País. Com especial incidência na zona centro, este fenómeno meteorológico deixou também um profundo rasto de destruição em muitos outros concelhos, concelhos que se viram também a braços com inundações, obrigando famílias a abandonarem as suas casas, pequenos comerciantes a deixarem para trás as suas lojas, com empresas inteiras destruídas, levando trabalhadores e empresários a uma angústia desesperante.

À medida que o País se apercebia do estado de destruição causado, o Governo de Portugal respondia em permanência, não olhando a meios para chegar a todo o território, decidindo, com firmeza, a implementação de medidas de apoio, tendo os primeiros pagamentos ocorrido 15 dias depois da tempestade, uma aceleração sem precedentes, que correspondeu ao Estado máximo, próximo e eficiente que o Primeiro-Ministro exigiu à Administração Pública.

As medidas tomadas no âmbito do apoio às famílias e empresas deixaram bem patente a missão de serem respostas rápidas e eficazes.

Aplausos do PSD.

Refiro, desde logo, a criação de um regime de *layoff* simplificado para as empresas em situação de crise empresarial, que suspendam contratos de trabalho ou reduzam o período normal de trabalho para todos ou para parte dos seus trabalhadores. Este regime contempla uma maior comparticipação do Estado, desonerando as empresas de parte deste encargo nos primeiros 60 dias. Esta medida, que abrange já um considerável número de trabalhadores, representa o compromisso do Estado de que não faltará aos cidadãos e às empresas.

Também a criação de um apoio às famílias em situação de carência ou de perda de rendimento, para além dos apoios à reconstrução de habitação própria e permanente, moratórias nos créditos à habitação e apoios a instituições sociais que concedam alojamento, são medidas importantes e de enorme alcance social.

Refiro ainda a concessão de apoios às instituições particulares de solidariedade social e equiparadas que tenham levado a cabo ações de solidariedade nos concelhos afetados, que são o primeiro suporte no dia a dia das populações; a isenção do pagamento de contribuições à segurança social para as entidades empregadoras do setor privado, cooperativo e social e para os trabalhadores independentes, que tantas vezes foram esquecidos pelo Estado; a concessão de apoios no domínio do emprego e da formação profissional aos trabalhadores dependentes e independentes.

O Estado preparou-se para a catástrofe e reagiu com prontidão. Agora é hora de recuperar e é para isso que este conjunto de medidas do Governo é vital.

Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do PSD lamenta profundamente as vidas perdidas, os danos em habitações, em infraestruturas críticas, em equipamentos públicos, em empresas e instituições sociais, no património natural e cultural, e tudo fará, com o Governo, para apoiar as pessoas e as empresas neste enorme esforço de recuperação do País.

Permita-me, Sr. Presidente, em nome do PSD, deixar aqui um sincero reconhecimento às populações pelo extraordinário empenho, solidariedade e espírito de entreajuda demonstrados na resposta à calamidade. Em momentos difíceis, ficou, mais uma vez, provado que a força das comunidades, a disponibilidade para ajudar o próximo e a união de todos fazem a diferença,...

Aplausos do PSD.

... contribuindo decisivamente para apoiar quem mais precisa e para iniciar o caminho da recuperação com coragem e esperança.

O debate que hoje travamos não deveria ser transformado num jogo de quem dá mais, pouco honesto, cujos resultados muito deixariam a desejar, além da ostentação partidária.

O Grupo Parlamentar do PSD não faltará aos cidadãos, às famílias, às empresas, às instituições. Não faltará a Portugal.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Não temos mais inscrições. Se assim for, passaremos ao encerramento do nosso debate.

Pausa.

Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, tem a palavra, para uma intervenção.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Vivemos um evento com uma escala sem precedentes no nosso País, e aquilo que temos de fazer para recuperar dos estragos, mas também para dar um impulso económico ao nosso País, para que não nos afundemos, é também de uma escala sem precedentes. Não podemos pôr um travão à resposta que é preciso dar às pessoas, às empresas, às associações, às autarquias, ao nosso território. Por isso é que já dissemos, de forma muito clara: estamos dispostos a um Orçamento retificativo, que acautele a resposta à escala que é preciso dar.

Mas não só. Sabemos também que a escala da resposta que é necessário dar precisa de instituições com a escala suficiente. Por isso, é preciso reforçar o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), é preciso reforçar o LNEC,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É acabar com isso, acabar com eles!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... é preciso alargar o âmbito da estrutura de missão que foi criada, e bem, porque, entretanto, percebemos que a escala é muito maior do que apenas aqueles territórios, a escala é muito maior do que apenas o orçamento para aqueles territórios.

É preciso dar resposta a todas as pessoas, a todas as empresas, a todas as associações, a todas as autarquias. Por isso é que apresentámos a proposta para uma agência de resposta a esta catástrofe — consideramos que é assim que vamos dar resposta — e pedimos a este Parlamento que aumente a escala desta resposta necessária.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Se não há mais inscrições, para fazer o encerramento, dou a palavra ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

Pausa.

Eu pedi, de propósito, para confirmar. Desculpe-me, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, mas o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves pediu, entretanto, a palavra para uma intervenção.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, peço desculpa, a distração foi minha.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Estando a chegar ao final deste debate, acho que ele deixa claro um conjunto de coisas importantes e um conjunto de lições importantes.

Em primeiro lugar, podemos e devemos avaliar a resposta, a prevenção e aquilo que devemos fazer na reconstrução.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Verdade!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Isso não é, de forma alguma, uma desonra para quem sofreu, para quem perdeu os seus bens, para quem perdeu a vida, antes pelo contrário, é nosso dever, é nossa obrigação, é o que lhes devemos e o que podemos fazer, nesta Câmara.

Este debate evidenciou, fundamentalmente, três aspetos muito importantes para o futuro, sendo o primeiro a qualidade da prevenção, sobre a qual somos todos responsáveis. Acho que todos devemos ter bastante humildade neste debate. Houve coisas, neste processo, em que foi possível acautelar, gerir e fazer com que as coisas corressem bem, e houve coisas que falharam. Obviamente, há coisas que falham por responsabilidade de várias gestões nacionais e autárquicas. Portanto, também esta Câmara deve dar esse primeiro passo de humildade, o que é fundamental.

Protestos do Deputado do CH João Ribeiro.

Vários sítios foram, de facto, capazes de fazer um balanço da aprendizagem que tiveram em ocorrências anteriores. A região de Coimbra, curiosamente, é um sítio com bons exemplos do que foi a mobilização da proteção civil, a experiência adquirida em tempestades anteriores, a experiência de largos anos a gerir a complexidade do sistema hidráulico do Baixo Mondego. Com o empenho dos autarcas, com a presença dos responsáveis nacionais, muitas vezes foi possível dar resposta a algo que há instantes descrevíamos: uma crise meteorológica sem precedentes, um comboio de tempestades que se sucederam no tempo como nunca tinha havido registo.

Quando, no terreno, temos comando, autarcas que conhecem o território, comunicação e pedagogia, anos de investimento, até pela própria comunidade intermunicipal, em proteção civil — o que, infelizmente, nem sempre é o caso, em todos os territórios —, gestão controlada sempre que possível das cheias, gestão das populações, das suas deslocações, da capacidade de as proteger, de as avisar, tudo isso permite minorar os danos, permite fazer uma gestão, tanto quanto possível, perante uma circunstância inesperada.

Quanto ao resto, é fundamental uma dimensão que acho que não interiorizámos ainda, no País: uma cultura de proteção civil que verdadeiramente faça a prevenção, comunique com antecipação e informe as pessoas detalhadamente, no local certo, do que devem fazer em cada local.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Em segundo lugar, é importante também olharmos para a robustez da resposta, não esquecendo nenhum território afetado. Queríamos sublinhar isso mesmo, no debate de hoje. O Partido Socialista, na semana passada, promoveu o alargamento dos territórios que deveriam ser objeto de declaração de estado de calamidade, bem como o prazo respetivo, e isso foi aprovado na passada semana. O Governo reconheceu que, de facto, faltavam alguns dos territórios e acrescentou-os por despacho, nesta mesma semana. Daqui a instantes, vamos votar uma iniciativa legislativa que adotará medidas legais para esta matéria, na qual é indispensável que também conste, integralmente, todos os territórios, para que nenhum fique para trás.

Aplausos do PS.

É importante saber quais são os que faltam. Tábua, Arganil, Oliveira do Hospital, Alcoutim, Faro, Monchique, S. Brás de Alportel, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos, Almada, Gavião, Odemira, Fornos de Algodres, Celorico da Beira, Anadia, Castelo de Paiva, Cinfães, Mortágua, Resende, Amarante, Baião, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira e Penafiel não estão, garantidamente, incluídos no texto legal que vamos votar daqui a instantes. Avocaremos o tema e era fundamental que toda a Câmara interiorizasse a

importância de completar o que aqui fizemos no passado. Votámos o alargamento das declarações de estado de calamidade e temos de garantir que a lei se vai aplicar a todos estes territórios.

Finalmente, para o futuro, vamos ter de aprender a lidar com uma realidade nova. As alterações climáticas mudaram a forma como as nossas infraestruturas têm de lidar com o País, portanto, não podemos ser negacionistas, temos de mudar de vida.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Agora sim, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, tem a palavra, para encerrar o debate. Dispõe de 6 minutos e 6 segundos, mais os 2 minutos suplementares do encerramento.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Chegados ao fim deste debate, regista-se um dado adquirido, que é o de que todas as bancadas manifestaram, desta tribuna, uma profunda preocupação com as populações atingidas pelo comboio de tempestades.

Assistiu-se, é certo, a manobras de diversão e à habitual tentativa de sacudir culpas, mas o País exige que o Parlamento se concentre no essencial. É mesmo tempo de passar das palavras proferidas desta tribuna aos atos.

O PSD subiu a esta tribuna para tentar desvalorizar as iniciativas do Bloco de Esquerda, apelidando-as de «um conjunto de medidas avulsas». Estas medidas não são avulsas, nascem das duras lições que a história impôs ao Estado português e às nossas populações. O que se propõe resulta rigorosamente do que se aprendeu com o que falhou e com o que funcionou em Pedrógão, na resposta social à pandemia e nos sucessivos fogos florestais.

O CDS falou de um assomo populista,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não foi nada disso!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... por não querermos cortar o salário aos trabalhadores que estarão em regime de *layoff*.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É tão aldrabão!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Creio que o ministério de Maria da Palma Ramalho não teve um assomo populista nem entrou «num jogo de quem dá mais», como disse o PSD, quando, a 2 de fevereiro, tranquilizou os trabalhadores das regiões afetadas e garantiu o *layoff* a 100 %, sem perda salarial até três salários mínimos nacionais.

Cumprimento a Iniciativa Liberal, que reconheceu a dimensão desta «emergência pública», expressão que o Sr. Deputado João Ambrósio usou. Talvez percebam agora porque se exige uma Lei de Bases do Clima robusta e conseqüente. A mão invisível do mercado não limpa a lama,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Limpas tu! És tu que limpas!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... não reconstrói o teto de quem ficou na rua, nem reabre o portão da fábrica submersa.

Protestos da IL.

A verdadeira resposta — isso sabemos, ficou claro —, o verdadeiro rumo, não veio dos gabinetes, nas primeiras horas; veio da solidariedade cidadã. O exemplo foi dado por quem partiu em socorro dos seus vizinhos, com bens e com trabalho voluntário. É esse o mote para o País solidário que se exige ouvir hoje, nesta Sala.

É por isso que este Parlamento tem de garantir que o Governo não falha nas suas promessas. Não há margem para regatear apoios perante a tragédia: quem perdeu a casa não pode levar um corte no salário; o *layoff* a 100 % tem mesmo de ser uma realidade. Apelamos, por isso, ao PSD, para que não faça um braço de

ferro com o Parlamento, não recorra a medidas dilatórias na comissão. Quem perde são os trabalhadores que agora têm de reconstruir as suas vidas.

Quem ficou sem teto deve ter apoio extraordinário ao alojamento. Nenhuma habitação degradada pelas intempéries deve pagar IMI. Os operacionais da proteção civil e os trabalhadores municipais têm de ser compensados pelo socorro prestado. As autarquias, a linha da frente mais próxima das populações, têm de ter os recursos urgentes para recuperar as infraestruturas essenciais.

Não vale a pena os partidos que compõem a coligação AD tentarem mudar de assunto. Todos os projetos que o Bloco de Esquerda submete a votação respeitam escrupulosamente a separação de poderes. O Governo só não mobiliza os recursos que o País tem, se não quiser. O País dispensa bem desculpas avulsas, não precisa de distrações de conveniência; precisa, sim, de garantir que as populações afetadas tenham escudo social.

Hoje, todas as bancadas que manifestaram preocupações, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, devem votar a favor de todas as medidas que transformam a preocupação em ação concreta, em melhoria da vida dos nossos concidadãos, das nossas concidadãs. É essa a responsabilidade que temos, quando votarmos cada um dos projetos que hoje foram debatidos.

O Sr. **Presidente**: — Com esta intervenção, fica terminado o nosso debate.

Peço que se abra o sistema para verificação do quórum e peço o favor de se registarem. Peço aos serviços que registem a minha própria presença. Assim, contribuem para que eu tenha mais tempo disponível.

Pausa.

Se alguma Sr.^a Deputada ou Sr. Deputado não tiver conseguido fazer a sua inscrição, peço o favor de se fazer anunciar, que é mais fácil para o registo.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Sr. Presidente, Rui Afonso, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, fica registado.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Jorge Pinto, do Grupo Parlamentar do Livre.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, fica registado.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, Miguel Costa Matos.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, está registado.

O Sr. **Paulo Lopes Silva** (PS): — Sr. Presidente, Paulo Lopes Silva.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, fica registado.

O Sr. **Ricardo Lima** (PS): — Sr. Presidente, Ricardo Lima.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, fica registado também.

Pedia atenção, para ver se conseguimos fazer com celeridade e sem confusão o momento da votação.

Está tudo? Então, pode-se encerrar a verificação do quórum.

Estão presentes 201 Sr.^{as} e Srs. Deputados, portanto, temos condições para poder deliberar. Pedia novamente a atenção de todos, se faz favor, para que o possamos fazer sem nenhuma espécie de incidente.

Começamos por votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 447/XVII/1.^a (BE) — Estabelece um bónus extraordinário para operacionais mobilizados na resposta às tempestades.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.

Passamos para a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 448/XVII/1.ª (BE) — Isenção do pagamento do imposto municipal sobre imóveis das habitações gravemente afetadas pelas tempestades.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.

Seguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 449/XVII/1.ª (BE) — Regime de reparação de danos por morte e incapacidade permanente decorrentes das tempestades.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.

Avançamos para a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 450/XVII/1.ª (BE) — Estabelece medidas excecionais para a proteção do direito à habitação e dos estabelecimentos comerciais e indústria nos concelhos afetados pelas tempestades de 2026.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.

Votamos seguidamente, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 451/XVII/1.ª (BE) — Estabelece medidas excecionais de apoio e proteção social nos concelhos afetados pelas tempestades.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS e da IL.

Prosseguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 627/XVII/1.ª (BE) — Monitorização de preços de bens essenciais nas zonas afetadas pelas tempestades.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Votamos seguidamente um requerimento, apresentado pelo PAN, a solicitar a baixa à Comissão de Agricultura e Pescas, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º 130/XVII/1.ª (PAN) — Prevê a criação de um plano nacional de busca, salvamento e socorro animal integrado na resposta a catástrofes, bem como de equipas e infraestruturas para a sua operacionalização no âmbito da proteção civil.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Este projeto baixa assim à 7.ª Comissão, sem votação.

Votamos de imediato, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 413/XVII/1.ª (PCP) — Plano de intervenção para responder às necessidades das populações e do País na sequência dos impactos das tempestades.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE e do JPP e as abstenções do CH, do PS e do PAN.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 445/XVII/1.ª (CH) — Prevê a isenção excepcional e automática de imposto municipal sobre imóveis (IMI) relativa ao ano de 2026 aplicável aos concelhos declarados em situação de calamidade.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP, os votos a favor do CH, da IL, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do L e do PCP.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 454/XVII/1.ª (PAN) — Cria um regime excecional de apoio financeiro às entidades de proteção animal afetadas pela tempestade *Kristin* e por outros eventos climáticos extremos.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.

Esta iniciativa baixa à 7.ª Comissão.

Prosseguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 522/XVII/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo o acompanhamento no terreno e a avaliação dos prejuízos causados pela depressão *Kristin*.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PCP.

Esta iniciativa baixa à 6.ª Comissão.

Temos para votar agora, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 525/XVII/1.ª (JPP) — Recomenda ao Governo da República a adoção de medidas urgentes de reposição das capacidades produtivas agrícolas e de apoio excecional aos agricultores afetados pelas tempestades ocorridas no final de janeiro de 2026.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e os votos contra do PSD e do CDS-PP.

Esta iniciativa baixa à 7.ª Comissão.

Seguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 562/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a criação de um fundo de resgate agrícola, a fundo perdido, para a reposição do potencial produtivo e compensação de perdas nas explorações agrícolas e pecuárias afetadas pela tempestade *Kristin*.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, da IL, do BE e do JPP e as abstenções do PS, do L, do PCP e do PAN.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, é para anunciar que apresentaremos uma declaração de voto escrita em relação à última votação.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, fica registado.

Seguimos agora para a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 605/XVII/1.ª (JPP) — Recomenda ao Governo a criação do fundo nacional de luta contra as catástrofes naturais.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH, do PS, da IL e do PCP.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 630/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a divulgação mensal e discriminada da execução orçamental das medidas extraordinárias adotadas na sequência das tempestades e cheias recentes.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PSD.

Esta iniciativa baixa à 5.^a Comissão.

Seguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 631/XVII/1.^a (IL) — Transferência dos encargos com faltas em situação de calamidade das empresas para a segurança social.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do PCP, do CDS-PP, do BE e do PAN e os votos a favor do CH, da IL, do L e do JPP.

Votamos de imediato, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 632/XVII/1.^a (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que adote um conjunto de medidas adicionais de apoio aos agricultores portugueses afetados pela depressão *Kristin*.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Esta iniciativa baixa à 7.^a Comissão.

Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, faça favor.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, é para anunciar uma declaração de voto escrita sobre esta votação.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr.^a Deputada.

O Bloco de Esquerda pede a palavra para o mesmo efeito?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

O PAN é também para o mesmo efeito?

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, em relação à votação do Projeto de Resolução n.º 632/XII/1.^a, é para o mesmo efeito, para anunciar que apresentarei uma declaração de voto por escrito.

Relativamente ao Projeto de Resolução n.º 631/XVII/1.^a, porém, é para corrigir o sentido de voto do PAN, que é de abstenção e não contra.

Vozes do CH: — Ah!...

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr.^a Deputada, não altera o resultado da votação.

Pedia aos Srs. Deputados que, na medida do possível, não houvesse interrupções.

Vamos agora proceder à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 633/XVII/1.^a (L) — Proteger alunos depois das tempestades: recuperar as infraestruturas escolares e as aprendizagens.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e o voto contra do CDS-PP.

A iniciativa baixa à 8.^a Comissão.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 634/XVII/1.^a (L) — Garantia do apoio à recuperação da habitação em todos os territórios afetados pelo comboio de tempestades.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.

Relativamente à Proposta de Lei n.º 59/XVII/1.^a (GOV) — Aprova um regime excecional e temporário destinado à reconstrução e reabilitação do património e das infraestruturas nos concelhos afetados pela

tempestade *Kristin*, temos para votar os seguintes requerimentos de avocação pelo Plenário da votação na especialidade: apresentado pela IL, relativo à sua proposta de alteração ao artigo 3.º; apresentado pelo L, relativo à sua proposta de alteração dos artigos 5.º e 15.º; e, apresentado pelo PS, relativo à sua proposta de alteração ao artigo 2.º.

Não havendo objeções, vamos votá-los em conjunto.

Submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade.

Srs. Deputados, vou dar 2 minutos a cada grupo parlamentar proponente da avocação para intervir. Os restantes grupos parlamentares terão igualmente 2 minutos e os DURP (Deputados únicos representantes de partido) terão 1 minuto.

Tem a palavra para intervir o Sr. Deputado João Alves Ambrósio, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **João Alves Ambrósio** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A Iniciativa Liberal apresentou uma série de propostas de alteração à Proposta de Lei n.º 59/XII/1.^a, nomeadamente uma série de apoios à recuperação de infraestruturas, instalações e equipamentos empresariais essenciais para a recuperação da atividade económica num curto prazo e, também, uma proposta de devolução do imposto sobre os combustíveis que abasteceram os geradores de muitas empresas e de muitas indústrias nestes dias de calamidade e na recuperação do pós-calamidade.

Infelizmente, essas propostas de alteração caíram por terra, em sede de comissão, mas avocamos aqui uma proposta de alteração ao regime da expropriação urgentíssima, previsto no artigo 3.º da proposta de lei, porque consideramos que estamos perante uma necessidade de densificação dos critérios que subjazem ao recurso à expropriação.

O mecanismo da expropriação deve ser excecional... deve ser excecionalíssimo e deve também ser urgentíssimo, neste caso, mas temos de densificar o que pode ser feito, como pode ser feito, quem o pode fazer e quando o pode fazer.

Por se tratar de uma limitação ao direito da propriedade privada e por se tratar também de uma possibilidade de intromissão do Estado na propriedade privada, apresentámos esta proposta de alteração para densificar os conceitos que permitem o recurso ao mecanismo da expropriação urgentíssima previsto nesta proposta de lei.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Pelo Livre, para intervir relativamente ao segundo requerimento de avocação, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ninguém merece!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este tema e este diploma são essenciais na discussão que estamos a ter. Tivemos a oportunidade, em sede de especialidade, de explicar o âmbito das propostas do Livre e trazemos duas delas a este Plenário, pela sua importância.

A primeira prende-se com o carácter essencial de reconstruir melhor. Hoje, falámos aqui muito de resiliência, falámos de adaptações às alterações climáticas, tudo temas que o Livre tem trazido para debate, mas um destes pontos essenciais passa por não permitir a repetição dos erros. Portanto, no artigo 5.º, quando falamos da reconstrução imediata em zonas sujeitas a cheias e próximas dos cursos de água, aquilo que o Livre propõe é que ela seja automática, como na proposta do Governo, para infraestruturas, mas que, no caso de habitações, essa reconstrução tenha de ser comunicada previamente às autarquias para que se verifique se está ou não conforme com o quadro legal já existente no que diz respeito à construção perto dos cursos de água. Se não o fizermos, daqui a muito pouco tempo, iremos estar a chorar os mesmos prejuízos, porque se insistimos no erro de construir em zonas perigosas não podemos, depois, ficar surpreendidos quando os desastres acontecem.

A segunda proposta prende-se com o artigo 15.º e com a necessidade de assegurar a gestão florestal nas áreas afetadas. Só na cidade de Leiria, estamos a falar de perto de 8 milhões — repito, 8 milhões! — de árvores

derrubadas ou partidas, e o que queremos com este diploma é, certamente, assegurar que elas podem ser removidas e que podemos ter um terreno protegido, já neste verão, dos fogos florestais.

Sabemos bem a dificuldade que isto representa para muitas pessoas, que não conseguem sequer, anualmente, ter os seus terrenos limpos para a prevenção dos fogos florestais. Agora, com uma carga de trabalho e com um investimento financeiro muito superior, não podemos querer que todo o ónus recaia sobre elas. Também por isso, queremos que seja o Estado, através do ICNF, a garantir a limpeza destes terrenos, porque isto não é apenas uma questão de segurança individual, é também uma questão de segurança coletiva e do nosso País.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Graça.

O Sr. **Luís Graça** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo sentiu ontem à noite a necessidade de alargar o âmbito territorial da declaração de calamidade. Fez bem! O despacho de ontem à noite decalca todos os municípios — repito, todos os municípios! — que constavam da proposta de alteração que o Partido Socialista apresentou à Proposta de Lei n.º 59/XVII/1.^a.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — E aprovada ou não é aprovada?!

O Sr. **Luís Graça** (PS): — É o melhor elogio ao rigor, à honestidade e à forma próxima como os autarcas, os Deputados e, em particular, o Secretário-Geral do PS, José Luís Carneiro, têm tratado este tema difícil,...

Risos de Deputados do CH e da IL.

... de forma proactiva, indo ao terreno, com saber, com descrição e conhecimento.

Esta manhã, o Grupo Parlamentar do PS, seguindo o exemplo do Governo, apresentou uma proposta propondo um novo alargamento do âmbito territorial, incluindo os municípios de Almada, Gavião, Odemira, São Brás de Alportel, Fornos de Algodres, Alenquer, Amarante, Cartaxo, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Penafiel e Resende.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, quem anda pelo terreno, quem fala com as populações reconhece a justiça desta proposta, tal qual o Governo reconheceu a justiça da proposta anterior apresentada pelo PS.

Face à destruição nesses concelhos, não podemos dizer uma coisa em Almada e fazer outra na Assembleia da República. Não podemos dizer uma coisa em Felgueiras e fazer outra na Assembleia da República.

Esta manhã, o Grupo Parlamentar do PSD votou contra esta proposta. O Grupo Parlamentar do PS decidiu dar uma segunda oportunidade ao PSD e ao Chega para votarem de acordo com aquela que é necessidade das populações,...

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

... porque o PSD, a manter o voto contra, estaria a impedir que o Governo que apoia alcançasse os efeitos pretendidos pela sua própria proposta de lei.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não está nada!

O Sr. **Luís Graça** (PS): — Acredito que quem conhece o território, quem fala com o seu território com sinceridade vai votar hoje, aqui no Plenário, a favor da proposta do Partido Socialista.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Lopes Marcelo, do PSD, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: De facto, hoje de manhã, na 11.ª Comissão, tivemos uma discussão bastante rica, bastante fundamentada e racional sobre esta proposta de lei e, como resultado dessa discussão, foram introduzidas quatro alterações que o Grupo Parlamentar do PSD aceitou, votando a favor dos vários partidos que apresentaram alterações.

Nas propostas que não foram aprovadas, a nossa posição foi devidamente justificada, explicando porque é que não as acolhíamos. Mesmo assim, entendemos que a proposta que estamos hoje a votar no Plenário é melhor, porque acolheu algumas das propostas.

Agora, sobram três questões, sendo a primeira o âmbito territorial.

Ontem, o Governo voltou a alargar o âmbito territorial da proposta de lei, através de uma decisão administrativa, tal como decorre da resolução do Conselho de Ministros que foi aprovada anteriormente, para os concelhos de Alcoutim, Alenquer, Almeirim, Alpiarça, Anadia, Arganil, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Baião, Benavente, Cartaxo, Castelo de Paiva, Chamusca, Coruche, Faro, Mafra, Monchique, Mortágua, Oliveira do Hospital, Salvaterra de Magos, Sobral de Monte Agraço e Tábua. Ou seja, 22 concelhos, ao contrário dos 19 que o Partido Socialista tinha apresentado.

Entendemos que esta é a forma correta, porque é baseada num parecer técnico da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, num parecer técnico da CCDR, e é a forma correta de atuar.

Quanto às outras propostas, a IL introduz alterações ao mecanismo de expropriação urgentíssima, que nós não acompanhamos e explicámos porquê. Entendemos que o regime previsto na lei e que agora é adaptado nesta proposta de lei é mais do que suficiente. Já o Livre faz propostas de alteração aos artigos 5.º e 15.º, mas, como introduzimos alterações na especialidade, pensamos que a proposta está equilibrada e, portanto, não as vamos acompanhar.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, por 2 minutos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, quero dizer que este decreto-lei, emitido ontem à noite,...

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Foi de dia!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... sobre o estado de calamidade revela um falhanço do Governo — aquele falhanço para o qual alertámos há já algumas semanas, quando dissemos que mais concelhos necessitavam de estar em estado de calamidade.

Aliás, ao contrário do que disse o Sr. Deputado Luís Graça, o primeiro líder político a falar nisso foi André Ventura, não foi José Luís Carneiro.

Aplausos do CH.

Foi André Ventura o primeiro que falou nisso,...

O Sr. **Luís Graça** (PS): — Estava a chover, nesse dia?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... quando disse que o Governo devia prolongar o estado de calamidade,...

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Por isso é que votaram connosco, hoje de manhã!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... aumentar o número de concelhos abrangidos e, inclusive, a isenção de portagens, uma coisa de que os senhores nunca falaram.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Votem a favor!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ó Sr. Deputado, tenha calma. Tenha calma, não se enerve, olhe o coração! Tenha cuidado com isso.

Ontem à noite chegou o despacho do Governo. Hoje, durante a comissão, chegaram as alterações do Partido Socialista...

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Não, não! Ontem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... a aumentar o número de concelhos nesse despacho.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — De segunda-feira!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Chegaram já na altura da votação. Já estávamos preparados para votar quando o Partido Socialista acrescentou mais uma série de concelhos: Almada, Gavião, Odemira, Fornos de Algodres, Anadia, Castelo de Paiva, Cinfães, Resende, Amarante e tantos outros concelhos de que já se falou aqui hoje.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Estávamos à espera das propostas do Chega!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Se me perguntar se nesses concelhos também é preciso decretar o estado de calamidade, se também precisam de ajuda, a resposta é: sim, também precisam de ajuda. Há um partido que está sempre ao lado das pessoas e ao lado destes concelhos,...

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Então, votem a favor!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... e garanto-lhe que este grupo parlamentar conhece muito melhor o interior do País do que os senhores. Garanto-lhe isso, Sr. Deputado!

Aplausos do CH.

Há uma coisa que está também em causa e que é importante: nós, sim, acedemos e achamos que é importante decretar o estado de calamidade para estes concelhos,...

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Nem votaram uma!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... mas — nove anos depois de Pedrógão, e vamos falar nisto porque o Partido Socialista não é isento de responsabilidades —...

O Sr. **Luís Graça** (PS): — É, é!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... temos de ver para onde é que vai este dinheiro. Para onde é que será canalizado este dinheiro? Para onde é que vão estes fundos? Onde é que serão investidos estes fundos? Com que transparência é que estes fundos vão ser investidos e quem é que os vai mover?

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Isto não são fundos!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Será a câmara municipal, depois, a responsável por isso? Nós faremos um escrutínio implacável a este dinheiro.

Aplausos do CH.

O Sr. **Luís Graça** (PS): — Vão votar a favor?

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente...

O Sr. **Luís Graça** (PS): — Vão votar a favor ou não?

O Sr. **Presidente**: — Ó Sr. Deputado, já chega. Não é verdade?...
Faça favor, Sr.^a Deputada Paula Santos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Relativamente a este processo legislativo, nós considerámos desde o primeiro momento que as medidas excecionais deviam de abranger todos os concelhos e todo o território que foi afetado por este conjunto de tempestades.

De facto, ninguém deve ficar de fora, porque os impactos são muito significativos. Mesmo as vias rodoviárias, que só com a ação da chuva já estavam degradadas, se degradaram ainda muito mais e, portanto, estamos a falar de um impacto em todo o território do nosso País, e isto tem de ser, efetivamente, assegurado.

A segunda questão que gostaria de referir relativamente a estas propostas prende-se com opções que estão vertidas nesta proposta de lei, que não ficaram resolvidas e continuam a não estar devidamente resolvidas. Prende-se com a necessidade de tirarmos lições daquilo que aconteceu e que continua a afetar o nosso país, questões que têm a ver, inclusivamente, com o ordenamento do território. Isto exige uma ação abrangente de intervenção e um planeamento.

Compreendemos a boa intenção da proposta que foi apresentada pelo Livre, mas há um conjunto de aspetos que não estão nela considerados, nomeadamente a necessidade de investimento público para apoiar essas famílias e essas populações.

A terceira questão que gostaria de colocar prende-se com o conjunto de propostas apresentadas pelo Livre, que iremos acompanhar, nomeadamente no que diz respeito à ação prevista para apoiar os pequenos produtores florestais. Bem sabemos que o rendimento de muitos deles é muito baixo e não permite assegurar uma gestão adequada, pelo que consideramos que são justas as propostas apresentadas.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Vamos então passar às votações, que retomamos na página 8 do guião, e pedia a atenção dos Srs. Deputados para que não haja erros.

Votamos agora, na especialidade, a proposta, apresentada pelo Partido Socialista, de substituição do artigo 2.º do texto final, apresentado pela Comissão de Ambiente e Energia, relativo à Proposta de Lei n.º 59/XVII/1.ª (GOV) — Aprova um regime excepcional e temporário destinado à reconstrução e reabilitação do património e das infraestruturas nos concelhos afetados pela tempestade *Kristin*.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE e do PAN, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção do JPP.

É a seguinte:

«Artigo 2.º
Âmbito territorial

O presente regime aplica-se:

a) Aos concelhos territorialmente abrangidos pela declaração da situação de calamidade, constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 15-B/2026, de 30 de janeiro, e respetivas prorrogações e alargamentos territoriais;

b) Aos seguintes concelhos igualmente afetados pelas tempestades *Kristin*, Leonardo e Marta: Alcoutim, Monchique, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Sobral de Monte Agraço, Arganil, Oliveira do Hospital, Tábua, Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche e Salvaterra de Magos, ainda não abrangidos pelas resoluções anteriores.»

O Sr. **Presidente**: — Votamos agora, na especialidade, a proposta, apresentada pela Iniciativa Liberal, de substituição do n.º 1 do artigo 3.º do referido texto final.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP, os votos a favor do CH, da IL, do L, do PCP, do PAN e do JPP e a abstenção do BE.

Era a seguinte:

«Artigo 3.º
[...]

1 – São consideradas de utilidade pública e sujeitas ao procedimento de expropriação urgentíssima, nos termos do artigo 16.º do Código das Expropriações, as expropriações dos bens imóveis necessárias à reabilitação e reconstrução das infraestruturas ou equipamentos afetados, desde que desencadeado no prazo de um mês após a entrada em vigor da presente lei e se revelem indispensáveis à salvaguarda de pessoas e bens ou de imperiosa necessidade pública associada à reposição da normalidade.»

O Sr. **Presidente**: — Passamos à votação, na especialidade, da proposta, apresentada pela Iniciativa Liberal, de substituição do n.º 2 do artigo 3.º do referido texto final.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do PS, do L, do CDS-PP e do BE, os votos a favor do CH, da IL, do PAN e do JPP e a abstenção do PCP.

Era a seguinte:

«2 – As autoridades públicas que recorram ao procedimento de expropriação urgentíssima devem solicitar a aprovação da respetiva tutela setorial, nomeadamente, os responsáveis ministeriais com as tutelas das finanças e das infraestruturas.»

O Sr. **Presidente**: — Prosseguimos para a votação, na especialidade, da proposta, apresentada pela Iniciativa Liberal, de aditamento de um novo n.º 3 ao artigo 3.º do referido texto final.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do PS, do L e do CDS-PP, os votos a favor do CH e da IL e as abstenções do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Era a seguinte:

«3 – Para efeitos do número anterior, consideram-se autoridades públicas designadas pelo Estado ou legalmente competentes para tomar posse administrativa no âmbito do processo de expropriação urgentíssima, as seguintes:

- a) Infraestruturas de Portugal, S.A.;
- b) Câmaras municipais.»

O Sr. **Presidente**: — Seguidamente, vamos votar, na especialidade, a proposta, apresentada pela Iniciativa Liberal, de aditamento de um n.º 4 ao artigo 3.º do referido texto final.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP, os votos a favor do CH e da IL e as abstenções do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Era a seguinte:

«4 – Para efeitos do presente artigo, consideram-se infraestruturas ou equipamentos afetados, aqueles que, estando danificados, estejam localizados no âmbito territorial previsto no artigo 2.º da presente lei, nomeadamente:

- a) Estradas nacionais e municipais e equipamentos conexos como passeios e sinalética;
- b) Ferrovia;
- c) Portos (molhes, barras, acessos a portos);
- d) Infraestruturas e equipamentos da rede de transporte público (abrigos, terminais e interfaces) e de logística com intermodalidade;
- e) Abastecimento de água e saneamento;
- f) Infraestruturas de distribuição de rede elétrica e telecomunicações;
- g) Estabilização e reforço de segurança de taludes, encostas e arribas.»

O Sr. **Presidente**: — Procedemos agora à votação, na especialidade, da proposta, apresentada pelo Livre, de substituição do n.º 1 do artigo 5.º do referido texto final.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.

Era a seguinte:

«Artigo 5.º
[...]

1 – As obras ou trabalhos destinados à reconstrução, alteração ou conservação de infraestruturas danificadas ou afetadas na sequência dos eventos que desencadearam a declaração de calamidade, que se localizem em parcelas privadas de leitos ou margens de águas públicas e particulares, não dependem de autorização da autarquia, mas ficam sujeitas a comunicação prévia com prazo.»

O Sr. **Presidente**: — Segue-se a votação, na especialidade, da proposta, apresentada pelo Livre, de aditamento de um n.º 3 ao artigo 5.º do referido texto final.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH, do PS e do PCP.

Era a seguinte:

«3 – Excetuam-se do disposto nos números anteriores as obras em bens imóveis situados em zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias, que só podem iniciar-se após validação municipal da sua compatibilidade com as medidas de proteção contra cheias e inundações previstas no artigo 40.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na sua redação atual.»

O Sr. **Presidente**: — Temos agora para votar, na especialidade, a proposta, apresentada pelo Livre, de substituição do n.º 1 do artigo 15.º do referido texto final.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH, do PS e da IL.

Era a seguinte:

«Artigo 15.º
[...]

1 – Os espaços florestais localizados em prédios rústicos de proprietários privados nos concelhos abrangidos pela declaração de calamidade, que tenham material lenhoso afetado que consubstancie significativos riscos de incêndio ou fitossanitários, são objeto de operações de gestão florestal, que incluem o corte, remoção e transporte e encaminhamento para locais de deposição, valorização ou eliminação do referido, até ao dia 1 de junho de 2026.»

O Sr. **Presidente**: — Passamos à votação, na especialidade, da proposta, apresentada pelo Livre, de aditamento de um novo n.º 4 ao artigo 15.º do referido texto final.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.

Era a seguinte:

«4 – Os proprietários que demonstrem, mediante fundamentação devidamente comprovada junto da autarquia, ausência de capacidade económica que impossibilite suportar os encargos decorrentes da execução das operações de gestão florestal ficam dispensados da respetiva responsabilidade financeira a que se refere o número 1 do artigo 16.º, passando a execução e financiamento dessas operações para a competência do ICNF, I.P.»

O Sr. **Presidente**: — Por último, vamos votar, na especialidade, a proposta, apresentada pelo Livre, de aditamento de um n.º 7 ao artigo 15.º do referido texto final.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH, do PS e da IL.

Era a seguinte:

«7 – Nos terrenos cujos proprietários comunicaram pretender efetuar, por sua responsabilidade, as operações identificadas no n.º 1, as autarquias locais devem proceder à verificação no terreno da execução das operações de gestão florestal comunicadas, até ao dia 1 de julho de 2026, remetendo ao ICNF, I. P., um relatório síntese sobre o grau de cumprimento e eventuais situações de incumprimento detetadas.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos agora proceder à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Ambiente e Energia, relativo à Proposta de Lei n.º 59/XVII/1.^a (GOV), que terá em conta as votações na especialidade que acabaram de ser feitas.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do PAN e do JPP e as abstenções do PCP e do BE.

E assim estão terminamos as nossas votações.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, relativamente à Proposta de Lei n.º 59/XVII/1.ª, era para solicitar a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar este requerimento oral.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vou passar a palavra ao Sr. Secretário da Mesa para dar uma informação à Câmara.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, é apenas para informar a Câmara de que, no âmbito da Apreciação Parlamentar n.º 9/XVII/1.ª (L, PCP e BE) — Decreto-Lei n.º 31-C/2026, de 5 de fevereiro, que cria um regime de apoios sociais e de *lay-off* simplificado para as zonas atingidas pela tempestade *Kristin*, tendo sido apresentadas propostas de alteração, a mesma baixa à 10.ª Comissão.

É tudo, Sr.ª Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a sessão plenária de amanhã terá início às 14 horas e 30 minutos, e a ordem do dia está disponível para consulta nos suportes institucionais da Assembleia da República.

Muito obrigado e até amanhã, Sr.ªs e Srs. Deputados.

Eram 18 horas e 20 minutos.

Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação

Relativa ao Projeto de Resolução n.º 632/XVII/1.ª:

O Livre reconhece a urgência de apoiar os agricultores afetados pelas tempestades de janeiro e fevereiro e votou favoravelmente medidas que têm como objetivo responder aos prejuízos significativos no setor agrícola e simplificar o acesso aos apoios. No entanto, o Livre ressalva que o ponto v) do referido projeto de resolução levanta sérias preocupações, uma vez que a revisão das regras das medidas agroambientais não deve ter como resultado um retrocesso nas práticas sustentáveis nem deve enfraquecer os compromissos ambientais assumidos por Portugal. A proteção do ambiente é essencial também para garantir a resiliência da agricultura e o futuro das comunidades rurais, pelo que as medidas de proteção do ambiente — a serem revistas — nunca deverão contribuir para o acentuar da degradação do meio.

O Grupo Parlamentar do Livre.

Nota: *As declarações de voto anunciadas pelo Deputado do BE Fabian Figueiredo e pela Deputada do PAN Inês de Sousa Real não foram entregues no prazo previsto no n.º 4 do artigo 87.º do Regimento da Assembleia da República.*

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.